

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A EXPANSÃO DO TRABALHO FEMININO NO MERCADO
FORMAL DE TRABALHO CATARINENSE NOS ANOS DE 1990**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM5420 – Monografia.

Por: Taiana Jeruza Vieira

Orientador: Prof: Lauro Mattei

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho

Palavras – chaves: 1. Mercado formal de trabalho
2. Mulher
3. Remuneração

Florianópolis, setembro de 2006.

TAIANA JERUZA VIEIRA

**A EXPANSÃO DO TRABALHO FEMININO NO MERCADO FORMAL DE
TRABALHO CATARINENSE NOS ANOS DE 1990**

Esta monografia foi julgada adequada e a Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 a estudante Taiana Jeruza Vieira, na disciplina CNM 5420 – Monografia.

EXAMINADORES:

Prof^o. Dr. Lauro Mattei (Presidente).

Prof^a. Dra. Carmen Rosário O. G. Gelinski (Membro).

Prof^o. Dr. Helton Ricardo Ouriques (Membro).

Aprovada em: 20 / 09 / 2006.

“As diferenças entre homem e mulher são exatamente isso: diferenças, não defeito, doença ou demérito. Mulher não é um segundo, mas o outro sexo”.

Dianne Hales

Dedicatória:

Dedico esta monografia aos meus pais Sedenir Vieira e Laudete Vieira, que apesar da pouca escolaridade são as pessoas mais sábias que conheço, foram eles os meus grandes mestres nas lições da vida. E também ao meu noivo Rodrigo Porfiro por estar sempre me apoiando na realização dos meus projetos e sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer... É com certeza a parte mais fácil de todo o processo de conclusão do curso. E também a parte prazerosa é aqui (pelo menos no meu caso), que recordamos desde o primeiro dia de aula, os primeiros amigos, os primeiros professores, enfim voltamos no tempo.

Primeiro obviamente quero agradecer a Deus por ter me dado força e sabedoria para não desistir no meio do caminho. Aí vêm, meus pais Sedeni e Laudete Vieira, a estes agradeço tudo. A minha mãe agradeço pela força e a fé, quantas vezes ficou em casa rezando para que tudo desse certo na universidade. Encorajou-me em muitas coisas na vida e a nunca desistir de nada. Ao meu pai agradeço a compreensão, a amizade e a boa vontade de estar sempre pronto para qualquer necessidade. E principalmente agradeço aos dois pela confiança que sempre depositaram em mim.

Agradeço ao Rodrigo meu amor, que compreendeu todos os meus chiliques de nervosismo, todas minhas angústias desta etapa final. Obrigado, te amo muito. A vocês três pai, mãe e Rodrigo deveria dividir o meu diploma, pois vocês tiveram total participação na realização desta monografia. Ao meu irmão Chaeni que de certa forma teve também sua participação e ajuda na elaboração deste trabalho.

Ao professor Lauro Mattei, que orientou este trabalho, muito obrigado, pela paciência com meus erros gramaticais, por ter acreditado e conduzido à concretização deste. A sua estagiária Aline, obrigado pela ajuda, sempre que precisei de um texto, tabelas.

Aos amigos do início da universidade: Juliana, Thomas, Criscie, Luciano, Jose, Josi, Edson, Orlando e Karina; aos que vieram ao longo do curso: Priscila, Raquel, Roberto, Sidnei...E desculpem se esqueci alguém; a todos o meu abraço e a gente se vê por aí.

Minha eterna gratidão.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES.....	vii
LISTA DE ANEXOS.....	viii
LISTA DE GRÁFICOS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
RESUMO.....	xi
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Problema de pesquisa.....	12
1.2 Objetivo.....	13
1.2.1 Objetivo geral.....	13
1.2.2 Objetivo específico.....	13
1.3 Procedimentos metodológicos.....	14
1.3.1 Conceituação utilizada pela RAIS.....	14
1.3.2 Conceituação do mercado formal de trabalho.....	16
1.4 Estrutura do texto.....	17
CAPÍTULO II – O MERCADO DE TRABALHO DIANTE DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA ECONÔMICO.....	18
2.1 Introdução.....	18
2.2 O processo de globalização.....	18
2.3 A reestruturação produtiva.....	20
2.4 A feminização no mundo do trabalho.....	23
CAPÍTULO III – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990.....	26
3.1 Introdução.....	26
3.2 Cenário econômico do Brasil na década de 1990.....	26
3.3 Desestruturação do mercado formal de trabalho.....	29
3.4 Desregulamentação do mercado de trabalho.....	33
CAPÍTULO IV – A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO CATARINENSE.....	36
4.1 Introdução.....	36

4.2 Aspectos gerais do mercado formal de trabalho Catarinense e considerações gerais sobre a inserção da mulher neste mercado.....	36
4.3 Mercado formal de trabalho feminino em Santa Catarina.....	39
4.3.1 Gênero e nível de escolaridade.....	39
4.3.2 Gênero e Setores da atividade econômica.....	41
4.3.3 Gênero e Jornada de trabalho.....	43
4.3.4 Gênero e Faixa Etária.....	45
4.3.5 Gênero e Remuneração.....	47
4.3.5.1 Gênero, remuneração e nível de escolaridade.....	49
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFÊRENCIAS.....	55
ANEXOS.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS

PIA – Pessoas em Idade Ativa

PEA – População Economicamente Ativa

PNEA – Pessoas Não Economicamente Ativas

PFT – Posto Formal de Trabalho

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valores percentuais do nível de escolaridade por gênero em Santa Catarina nos anos de 1990 e 1999.....41

Gráfico 2: Evolução dos setores da atividade econômica no Estado de Santa Catarina no período de 1991 a 2001 em valores percentuais.....42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa média de desemprego aberto nas regiões metropolitanas do país no período de 1991 a 2001.....	32
Tabela 2: Distribuição de empregos formais nos setores da economia Brasileira nos anos de 1990 e 1999.....	33
Tabela 3: População Economicamente Ativa e Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina nos anos de 1992 e 2004.....	37
Tabela 4: Total de vínculos, PFT em Santa Catarina por gênero no período de 1991 a 2003.....	37
Tabela 5: Distribuição da PEA absoluta e da PEA relativa de Santa Catarina segundo gênero no período de 1991 a 2001.....	39
Tabela 6: Nível de escolaridade por gênero em Santa Catarina nos anos de 1990 e 1999.....	40
Tabela 7: Distribuição e participação por gênero nos PFT dos setores da atividade econômica em Santa Catarina nos anos de 1991 e 1999.....	42
Tabela 8: Distribuição por gênero da jornada de trabalho em Santa Catarina nos anos de 1994 e 1999.	44
Tabela 9: Distribuição por faixa etária e sexo nos PFT em Santa Catarina nos anos 1991 e 1999.....	46
Tabela 10: Distribuição percentual de PFT, segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade em Santa Catarina nos anos de 1991 e 1999.....	48

Tabela 11: Distribuição percentual de PFT, segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade em Santa Catarina nos anos de 1991 e 1999.....	50
--	----

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 : Distribuição por gênero, remuneração e escolaridade no PFT do ano de 1991 em Santa Catarina	61
Anexo 2 : Distribuição por gênero, remuneração e escolaridade no PFT do ano de 1999 em Santa Catarina	62
Anexo 3: Distribuição por gênero , remuneração e setores da atividade econômica dos PFT em Santa Catarina em 1991.....	63
Anexo 4: Distribuição por gênero , remuneração e setores da atividade econômica dos PFT em Santa Catarina em 1999.....	64

RESUMO

VIEIRA, Taiana Jeruza. **A Expansão do Trabalho Feminino no Mercado Formal de Trabalho Catarinense nos anos de 1990**. 2006, 64 páginas. Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Ao longo das últimas décadas do século XX ocorreram mudanças na economia mundial, com impactos diretos sobre as relações de comércio, produção e trabalho. Estas mudanças também aconteceram no Brasil, constituindo assim um ambiente favorável para a entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, inclusive do sexo feminino. Este tema tem grande relevância e exige pesquisas no sentido de analisar as transformações que ocorreram no mercado de trabalho com a inserção das mulheres e qual o impacto nas relações de trabalho. O presente estudo tem o objetivo de analisar a expansão da inserção feminina no mercado formal de trabalho em Santa Catarina. Para isso, realizou-se revisão da literatura sobre as mudanças estruturais ocorridas no sistema econômico no Brasil e no mundo. A pesquisa é de caráter exploratória, uma vez que levantou dados sobre a mulher no mercado formal de trabalho. No estado de Santa Catarina o levantamento dos dados do trabalho feminino em Santa Catarina foi realizado com base em diversas variáveis como faixa etária, jornada de trabalho, nível de escolaridade e remuneração, para poder visualizar o impacto das mulheres no mercado formal de trabalho catarinense. A principal conclusão do estudo é que as mulheres estão cada vez mais buscando qualificação aumentando o seu nível de escolaridade, mas a diferenciação salarial em relação aos homens não tende a diminuir.

Palavras – chaves: Mercado formal de trabalho, mulher e remuneração.

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1 Problema de Pesquisa

Ao longo das últimas décadas do século XX ocorreram grandes mudanças na economia mundial, com impactos diretos sobre as relações de comércio, de produção e de trabalho.

Estas mudanças também ocorreram no Brasil levando a reestruturação dos mercados, onde se destaca a expansão das atividades econômicas. Juntamente com a crescente urbanização e expansão da industrialização, construindo um ambiente favorável à entrada de novos trabalhadores, inclusive do sexo feminino, no mercado de trabalho.

Mas a partir dos anos oitenta ocorreu um intenso processo de terceirização da economia, com expansão de atividades econômicas intimamente relacionadas às mulheres, tais como prestação de serviços, comércio, serviços domésticos, atividades administrativas, entre outras.

Já os anos noventa, os reflexos deste processo se tornaram mais evidentes sobre o mercado de trabalho, devido ao crescimento das taxas de desemprego, redução das taxas de atividade e deterioração da qualidade dos postos de trabalho gerados. Deste modo, no final do século XX as mulheres com domicílio urbano estavam alocadas em setores cujas ocupações eram precárias, informais e pouco regulamentadas, desqualificadas (trabalho doméstico) ou de qualificação não reconhecida porque não eram remuneradas (caso do trabalho familiar).

De acordo com Gelinski e Ramos (2004, p.145):

“A situação das mulheres é sempre mais desfavorável que a dos homens. As taxas de desemprego feminino são superiores à média total. A maior precarização do trabalho feminino está dada pela sua maciça presença no emprego doméstico, onde o reconhecimento de direitos trabalhistas é mínimo. E a remuneração recebida pelas mulheres equivale a 66% da recebida pelos homens”.

Cabe ainda mencionar que as mulheres brasileiras enfrentam oportunidades de inserção no mercado de trabalho diferentes das oportunidades experimentadas pelos homens. O mercado de trabalho revela essas diferenças através das distintas formas de acesso a empregos, níveis de remuneração e promoções, ou ainda através de mecanismos discriminatórios. Por exemplo, a discriminação por sexo no mercado de trabalho ocorre quando homens e mulheres, com as mesmas preferências e atributos produtivos, recebem remunerações diferenciadas na força de trabalho, em termos de salários e ou de acesso ao mercado de trabalho.

Diante dessas evidências, esse trabalho tem como objetivo investigar as diferentes relações de trabalho entre homens e mulheres no mercado formal de trabalho catarinense, além de identificar as possíveis conseqüências dessa diferenciação no âmbito desse mercado.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a expansão da inserção feminina no mercado formal de trabalho em Santa Catarina a partir da década de 1990.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Discutir as principais mudanças do mercado formal de trabalho nas últimas décadas;

b) Analisar a evolução da inserção da mulher no mercado formal de trabalho catarinense, considerando-se o comportamento de variáveis que compõem o mercado de trabalho, tais como escolaridade, setor da atividade, faixa etária, jornada de trabalho e remuneração.

1.3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa contou inicialmente, com uma revisão bibliográfica sobre o assunto proposto, com base em livros, artigos, textos para discussão e outras obras disponíveis na Internet.

Este estudo pode ser caracterizado como exploratório, pois permite o entendimento de um problema específico (trabalho feminino), aprofundando seus estudos nos limites desta realidade.

A análise está baseada na abordagem descritiva e quantitativa, tomando-se como referência os microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (MTE), disponíveis em CD Rom e que serão apresentados através de gráficos e dados em tabelas numéricas para análise.

1.3.1 Conceituação utilizada pela RAIS

De acordo com o MTE, a RAIS é um censo anual do mercado formal de trabalho. Além de permitir a identificação dos trabalhadores que terão acesso ao abono salarial, as informações coletadas permitem conhecer quantos são os empregos criados e diversas características do mundo do trabalho. Este instrumento tem por objetivo o suprimento de necessidades de controle da atividade trabalhista no país, através da geração de dados para elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado formal de trabalho às entidades governamentais. Os dados coletados pela RAIS constituem expressivos insumos para atendimento das necessidades: da legislação da nacionalização do trabalho; de controle dos registros do FGTS; dos sistemas de arrecadação e de concessão e benefícios previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP.

Os principais conceitos utilizados pela RAIS são:

a) Vínculo empregatício e número de trabalhadores existentes

Segundo o MTE, entende-se por vínculo empregatício a relação de emprego estabelecida sempre que ocorre trabalho remunerado. Já o número de postos formais de trabalho em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados, diferindo do número de pessoas empregadas, uma vez que estas podem estar acumulando na data de referência mais de um emprego.

b) Grau de instrução

O grau de instrução, segundo MTE, é dividido em 8 faixas e compreende desde o analfabeto, 1º grau incompleto, 1º grau completo, 2º grau incompleto, 2º grau completo, superior incompleto, superior completo e ignorado.

c) Admissão e desligamentos

Para admissão entende-se toda a entrada de trabalhador no estabelecimento, qualquer que seja sua origem. Já por desligamento é toda saída de trabalhador, cuja relação de emprego com o estabelecimento cessou durante o ano por qualquer motivo (demissão, aposentadoria, morte), seja por iniciativa do empregador ou do empregado.

d) Empregos existentes em 31/12 de cada ano

São considerados como empregos em 31/12, os vínculos com data e causa das rescisões nulas. Todos os outros vínculos são considerados como desligados durante o ano.

e) Setores de atividade econômica

As atividades econômicas, segundo MTE/RAIS, estão divididas em 9 setores. Os setores são a indústria de transformação, indústria extrativa mineral, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agricultura.

f) Utilização da base de dados

A análise foi desenvolvida a partir da tabulação das seguintes variáveis:

- Setorial: compreende o número total de empregados formais segundo a divisão da economia catarinense em 9 setores de atividade econômica.
- Vínculo: compreende horas trabalhadas, remuneração.
- Individual: compreende o número de empregos formais segundo gênero, grau de instrução e faixa etária.

1.3.2 Conceituação do Mercado formal de trabalho

O conceito de emprego formal está ligado ao aspecto legal, uma vez que o mesmo tem proteção do governo e dos sindicatos. Esta formalidade está relacionada ao cumprimento de normas legais que organizam a atividade econômica e o mercado de trabalho. No Brasil a formalidade do emprego se dá via carteira de trabalho registrada e contribuição para a previdência social representada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Em contrapartida, existem trabalhadores que não possuem registro em carteira de trabalho, porém recebem um salário. Muitas dessas pessoas que partem para a informalidade são pessoas que não encontram mais empregos no mercado formal de trabalho. Para Ouriques e Vieira (1998, p.5) o conceito de setor informal foi criado para designar um conjunto de atividades que não são passageiras e que têm uma função econômica importante.

Utilizaremos os conceitos utilizados pelo IBGE no que se refere à população trabalhadora. Assim, a População Economicamente Ativa (PEA) compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada (que está trabalhando) e a população desocupada (pessoas sem trabalho, mas que estão dispostas a trabalhar).

Já a População em Idade Ativa (PIA) compreende a população economicamente ativa (PEA) e a população não economicamente ativa (PNEA).

1.4 Estrutura do texto

O texto está dividido em quatro capítulos, mais as considerações finais e referências bibliográficas.

No primeiro capítulo, é apresentado o problema de pesquisa, objetivos e metodologia adotada na elaboração do trabalho.

No segundo capítulo é feita a revisão bibliográfica, analisando-se as transformações econômicas no mundo no final do século XX, a globalização e o processo de reestruturação produtiva.

No terceiro capítulo essa revisão bibliográfica é contextualizada no âmbito das mudanças econômicas no Brasil a partir da década de 1990, bem como as mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro no mesmo período.

No quarto e último capítulo destaca-se o mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina, com ênfase na inserção da mulher. Para tanto, faz-se uma breve revisão histórica da inserção dela nesse mercado; após isso se identificam as conseqüências sobre o mercado formal de trabalho catarinense desta inserção e as diferenciações existentes entre homens e mulheres no mercado formal de trabalho.

CAPÍTULO II - O MERCADO DE TRABALHO DIANTE DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA ECONÔMICO

2.1 Introdução

O presente capítulo tem o objetivo de discutir brevemente algumas mudanças ocorridas na economia mundial no final do século XX, com maior ênfase na globalização e na reestruturação produtiva, além da questão do feminismo no mercado de trabalho.

O capítulo está subdividido em três seções. Na primeira delas é apresentado o conceito de globalização e as mudanças que ocorreram no cenário mundial. A segunda seção aborda o impacto da reestruturação produtiva, introduzindo o papel da mulher nesse contexto.

A terceira seção trata da feminização do mundo do trabalho, ressaltando-se a inserção da mulher no mercado de trabalho.

2.2 O processo de globalização

“O conceito de globalização é algo ainda em construção e procura dar conta de uma nova formatação capitalista gerada nas últimas décadas pelo incessante processo de acumulação e internacionalização de capitais. Essa nova formatação econômica envolve aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras que se relacionam de maneira dinâmica, gerando uma reorganização espacial das atividades econômicas e uma clara re-hierarquização de seus centros decisórios” (Mattei, 2002, p.79). Diante disso, é perceptível uma realocação internacional da atividade produtiva e dos fluxos de capitais e comerciais, concentrando-se na tríade dinâmica (EUA, Europa Ocidental e Japão).

Ainda de acordo com Mattei (2002, p.80), “estas transformações nas diferentes esferas decorrem do processo de ajustes das economias capitalistas dinâmicas, ajustes estes adotados como respostas aos choques dos anos setenta e à falência do sistema

monetário internacional que emergiu dos acordos de Bretton Woods”. Assim estas políticas de ajustes levaram os países a formular respostas para reestruturação industrial, que provocou mudanças na divisão internacional do trabalho.

A globalização econômica é regida por alguns fatores que interligados impulsionam esse processo, dentre eles destacando-se:

(a) o acúmulo crescente do volume monetário e financeiro, em forma de ativos denominados em diferentes moedas e graus de liquidez;

(b) a mobilidade desses ativos, favorecida pela globalização também das telecomunicações e avanços tecnológicos;

(c) o regime de taxas cambiais flutuantes, potencializando oportunidades de ganhos especulativos, o que acaba por culminar na perda do comando do ciclo econômico real, que passa a ser diretamente influenciado pelas valorizações e desvalorizações dos ativos financeiros.

Com relação às políticas adotadas diante deste novo processo merecem destaque três políticas inter-relacionadas:

(a) a desregulamentação das atividades econômicas domésticas (que começou com os mercados financeiros);

(b) a liberalização do comércio com investimentos internacionais; e

(c) a privatização das empresas públicas (quase sempre vendidas a investidores estrangeiros).

O processo de globalização possui alguns aspectos que se tornaram consensuais entre autores. O primeiro é no sentido de que, com as mudanças que estão ocorrendo no cenário mundial, uma boa parte dos países capitalistas adotou políticas de cunho liberalizante, no qual o mercado fica responsável para prover a auto-regulação econômica. Com isso, muitos desses Estados perdem sua capacidade de governabilidade e deixam de ser agentes auto-reguladores da vida econômica. Dessa forma, as palavras estabilização, desregulação e privatização tornaram-se as palavras de ordem no âmbito das políticas macroeconômicas implementadas a partir deste período.

Outro ponto de consenso entre autores, de acordo com Alves (1999), está associado ao desenvolvimento do novo paradigma tecnológico, destacando-se a acelerada difusão das novas tecnologias de informação e comunicação. Essas

tecnologias, além de possibilitarem a rápida comunicação, processamento, armazenamento e transmissão de informações a nível mundial a custos decrescentes, encontram-se na base técnica do que se convencionou denominar de terceira revolução tecnológica. Finalmente, juntando estes dois fenômenos às tecnologias da informação e a desregulação dos mercados (principalmente dos sistemas financeiros e de capitais) forma-se os elementos catalisadores do processo de globalização.

Um outro aspecto importante da análise sobre o processo de globalização econômica refere-se aos seus resultados negativos, no sentido da maior desigualdade entre as nações, aumento da desigualdade social, aumento do desemprego, “globalização da pobreza”, dentre inúmeros outros fatores de exclusão que vem se acentuando (Mattei, 2002; Pochmann, 2002).

Conforme afirma Mattei (2002 p.98):

“É no campo social, entretanto, que os efeitos da globalização econômica tornam-se mais visíveis, recolocando com maior vigor as questões da exclusão e inclusão social... neste sentido a globalização está dando origem a uma nova divisão internacional do trabalho, com impactos diretos sobre o volume de emprego e sobre os níveis de desemprego”.

Como o processo de globalização, aprofundou-se a divisão internacional do trabalho e impôs-se às organizações empresariais a reestruturação produtiva, conforme será tratado no item seguinte.

2.3 A Reestruturação Produtiva

Para Coutinho (1995) o processo de reestruturação produtiva está associado a diversos fatores tais como: inovações tecnológicas desencadeadas pela revolução na área de microeletrônica e telecomunicações; difusão de novos métodos administrativos distintos do sistema fordista; mudanças nos padrões de competitividade internacional decorrente da ampliação dos mercados geográficos das empresas, entre

outros. “Estes fatores, somados às mudanças de natureza econômica e institucional, têm imposto às empresas dos mais diversos ramos da atividade a implementação de profundas transformações nos seus métodos de produção” (Baltar e Matosso, 1996, p.10).

De acordo com Antunes (1997), no estabelecimento das estratégias que visavam à recuperação dos níveis de produtividade, as empresas passaram a se apoiar em estruturas mais homogêneas e enxutas, com propósitos de conquistar mercados, reduzindo custos e adequando-se às novas condições de demanda. É neste sentido que se dissemina o uso de procedimentos como terceirização, flexibilização das relações de trabalho, sub-contratação, controle de qualidade, kanban, just-in-time, eliminação do desperdício, além da necessidade de trabalhadores mais qualificados e em condições de executar múltiplas funções, participando de forma mais integrada do processo produtivo.

Com relação ao Estado, a reestruturação produtiva confrontou a teoria do bem-estar Keynesiano do pós-guerra, afetando o interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos e as negociações coletivas. Para Mattoso (1998, p.70) “tendem a prevalecer, até o momento, os interesses do capital de se rearranjar por maior competitividade, questionando direitos e conquistas dos trabalhadores e das sociedades democráticas”.

Assim ocorreram transformações nos requisitos essenciais da força de trabalho que assumiram novas técnicas em um mesmo setor de atividades ou novas ocupações em setores diferenciados. A necessidade de especialização do trabalhador em tarefas repetitivas vem sendo substituída pela necessidade de adequação às constantes mudanças tecnológicas e à possibilidade de atender às funções diferenciadas nos processos produtivos e distributivos das economias, caracterizados pela flexibilidade na operacionalização como forma de redução de custos. Assim “as transformações estruturais ocorrentes internamente aos setores de atividades das economias, que por um lado se revestem de um caráter novo e inovador, por outro lado desempenham um papel desequilibrador em relação à criação de um volume de postos de trabalhos necessários para o crescimento da força de trabalho” (Kon, 2002, p.98).

Para a autora, a palavra flexibilidade está intimamente ligada ao novo conceito de competitividade, pois estamos num período de mercados globais e acumulação

flexível. Flexibilidade pode ser aplicada tanto às relações de trabalho como às especializações flexíveis, determinadas pela diferenciação do produto (Kon, 2002).

Segundo Kon (2002, p.99), “na reestruturação produtiva, a flexibilidade tem sido apontada como o aspecto principal do processo, pois com as novas condições do mercado as empresas tiveram uma forma de se adaptarem a estas mudanças. As políticas públicas foram redirecionadas, tanto em países desenvolvidos quanto nos menos avançados, para eliminar pontos de rigidez que poderiam bloquear as operações dos mercados de produtos e de trabalho”.

Ainda de acordo com Rosenberg, apud Kon (2002), o caminho para a flexibilidade toma três formas básicas:

a) flexibilidades salariais, que reafirmam o papel central das forças de oferta e demanda nos mercados externos de trabalho, sinalizando para o retorno das noções clássicas de equilíbrio do livre mercado. Essa forma de flexibilização é buscada através da desregulação do mercado de trabalho, diminuindo implícita ou explicitamente os padrões do salário mínimo e permitindo a negociação entre as partes envolvidas;

b) flexibilidade de emprego, que tem a mesma conotação da anterior e diz respeito às formas de contratação diferenciadas, como em tempo parcial, temporária, subcontratação, trabalho em domicílio e outras que funcionam como meio de aumentar as taxas de emprego;

c) flexibilidades funcionais, que ocorre nos mercados internos de trabalho (dentro das empresas), e que reduz o poder tradicional dos trabalhadores dos setores sindicalizados, através da flexibilização das características e dos requisitos para a escolha dos candidatos aos postos de trabalhos; esse fenômeno vem acompanhado freqüentemente da redução da política de carreiras e da mobilidade interna do trabalhador em direção à ascensão dentro das empresas.

Com relação à flexibilidade salarial, esta afeta o salário familiar do trabalhador masculino, pois cada vez mais os trabalhos são pagos em consonância aos salários femininos, que são inferiores. Já a flexibilização no emprego é, na verdade, a contratação de trabalhadores de meio expediente, temporários, que geralmente são mulheres, situação que se adapta melhor a elas no sentido de condições precárias de relações de trabalho. A flexibilidade interna, por sua vez, transforma as condições de trabalho nas indústrias em que predomina o trabalho masculino, para substituição por

um emprego semelhante e “secundário” (com poucas perspectivas de promoção e condições vagas de efetivação no posto de trabalho) exercido por uma mulher (Kon, 2002 p. 99).

Diante destes fatos, na próxima seção será analisado a feminização do mundo do trabalho, discutindo como as mulheres entraram nas fábricas e como está sua situação atual.

2.4 A feminização no mundo do trabalho

A consolidação do sistema capitalista e as mudanças ocorridas no processo produtivo levaram a uma maior inserção feminina no mercado de trabalho. O sistema de produção manufatureira e, posteriormente, o fabril, juntamente com o desenvolvimento tecnológico, levaram as mulheres para as fábricas, transferindo os trabalhos que antes eram executados em domicílio.

Segundo Stein (2000, p.13) “a justificativa ideológica da exploração das mulheres está no fato que elas necessitavam menos de trabalho e de salários do que os homens porque, supostamente, tinham ou deveriam ter quem as sustentasse. Assim a inserção feminina no mundo do trabalho se dá através das remunerações mais baixas, com as mulheres ocupando postos tidos como de menor qualificação ou desqualificados”.

A diferenciação salarial, entre homens e mulheres em um mesmo setor de atividade não está no fato de diferenças nas habilidades ou na força física, mas sim no caráter social vigente até hoje nas sociedades de que o sustento da família é atribuído ao homem, enquanto que a mulher fica responsável pelos cuidados com a casa e família (Stein, 2000).

Já de acordo com Mutari e Figarti, apud Kon (2002, p.99) “trabalhadores em determinada ocupação ou posto de trabalho e salários mais baixos são utilizados quando há excesso de oferta de trabalhadores; valores comparáveis ou equitativos não permitiriam esta flexibilidade. A defesa destes mecanismos de mercado está entre as suposições explícitas da teoria do valor da economia neo-clássica. Nesse caso, a regulação governamental dos salários, a equidade nos valores pagos para os gêneros e outras formas de regulação introduzem uma rigidez e barreiras à competitividade”.

Durante a reestruturação produtiva, a maior parte da expansão econômica nos países da Tríade teve como base os setores industriais que tradicionalmente tinham funções masculinas e forte presença dos sindicatos; já na reestruturação econômica do final do século XX ficou em evidência setores em que prevalece o trabalho feminino, nas ditas economias pós-industriais.

Surge nesse momento uma nova visão que é a “feminização global através do trabalho flexível”. De acordo com Kon (2002, p.100) “apresenta-se uma análise feita por Standing (1989), em que as tendências unificadas, tanto de países mais avançados como em desenvolvimento, de que o trabalho feminino fazia parte das estratégias do empregador para poder diminuir salários e aumentar seu controle sobre o mercado de trabalho interno (na empresa) e externo. Nessa estratégia estava a idéia de que com a mulher no mercado de trabalho, haveria a situação de marginalização das relações de trabalho e o que facilitaria estas relações é a suposição de domesticidade e docilidade da mulher”.

Neste sentido, Stein (2000) retrata exatamente esta preferência por mulheres no mercado de trabalho quando menciona uma parte do texto de Carlotto (1998) o qual cita, em um congresso canadense do trabalho para mulheres, a fala de um administrador de uma linha de montagem de Taiwan explicando sua preferência por mulheres da seguinte maneira:

“Os trabalhadores homens são demasiado inquietos e impacientes para fazer um trabalho monótono sem perspectiva de carreira. Não se submetem à disciplina, sabotam as máquinas e inclusive ameaçam o supervisor. Mas as moças, quando muito, choram um pouco”.(Carlotto, 1998, p.06).

As mudanças estruturais que estão ocorrendo na natureza do emprego e a participação das mulheres no mercado deve-se a três aspectos: primeiramente, à substituição direta de homens por mulheres em postos de trabalho; depois à expansão de setores tradicionalmente intensivos em trabalho feminino; e por último, à expansão de formas de emprego associada a mulheres, tais como os de tempo parcial,

temporários e informal (Kon, 1997). A autora salienta que a desregulação e as estratégias flexíveis de emprego fomentaram os tipos de trabalho, de relações de trabalho, de renda e de insegurança associados geralmente ao trabalho feminino.

Esses processos de feminização nas ocupações industriais, principalmente nos países avançados, “têm se desenvolvido paralelamente ao processo de desindustrialização, quando se observa no mundo uma tendência constante ao aumento das taxas de representatividade da mulher no mercado de trabalho. Mas diferentemente do que acontece nos países avançados, nos países em desenvolvimento observa-se a participação da mulher no mercado de trabalho até mesmo em períodos de crise. Este aumento da participação da mulher no mercado de trabalho também se deve ao fato da necessidade de complementação (ou até mesmo única fonte) da renda familiar” (Kon, 2002, p.103).

De qualquer forma, para Bruschini, apud Kon (2002) as condições diferenciadas por gênero em relação às responsabilidades familiares e profissionais, horários de trabalhos rígidos, exigências mais estritas de qualificação em relação ao homem, entre outras, tornam patente que o trabalho da mulher não depende apenas da demanda do mercado, mas também de uma série de outros fatores a serem articulados.

Estes fatores conduzem, freqüentemente, à alocação de trabalhadoras em atividades informalizadas, que permitam mais facilmente esta articulação, mas que se revestem de um caráter instável e de menor remuneração. O trabalho domiciliar é uma solução freqüentemente encontrada pela mulher na sociedade contemporânea (Abreu e Sorj, 1993; Bruschini e Ridenti, 1993).

“No entanto, ao contrário do trabalho domiciliar resultante da terceirização de uma série de serviços modernos mais sofisticados, anteriormente alocados nas empresas, o trabalho domiciliar feminino, na maior parte dos casos, tem se revestido de um caráter artesanal, baixa qualificação e baixa remuneração” (Kon, 2002, p.103).

CAPÍTULO III – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

3.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar a economia brasileira no contexto das mudanças globais. Para tanto, este capítulo está subdividido em três seções.

Na primeira seção serão abordadas as mudanças econômicas ocorridas nesta década, destacando-se a abertura financeira e comercial e a estabilização econômica, após o advento do Plano Real.

Na segunda seção é discutida a estrutura do mercado de trabalho, destacando-se os aspectos da terceirização, informalização e desemprego.

A terceira seção está direcionada para a desregulamentação do mercado de trabalho, processo que agravou ainda mais a situação do trabalhador brasileiro.

3.2 Cenário Econômico do Brasil na década de 1990

A economia brasileira na década de 1990 sofreu inúmeras alterações, especialmente em função das expectativas dos agentes e das novas e incertas perspectivas do modelo de desenvolvimento. Deste modo, pode-se destacar três aspectos econômicos como os responsáveis pela alteração das decisões domésticas.

Segundo Cardoso Jr. (2001), o retorno do Brasil como receptor de recursos externos, ocorreu depois de um longo período de estancamento dos fluxos na década de 1980, devido a crise das dívidas externas dos países em desenvolvimento. Outro aspecto de suma importância para as mudanças ocorridas em nosso país foi a abertura comercial que teve início em 1990, depois de um período sob a vigência de um coeficiente baixo de importações e com uma política cambial ativa voltada para geração de superávits comerciais. E por último, a estabilização relativa da moeda nacional, desde o segundo semestre de 1994, após um longo período de taxas elevadíssimas de inflação e inúmeras tentativas fracassadas de estabilização.

Em referência ao primeiro aspecto, os fluxos de capitais, que agora são globais e possuem uma intensa movimentação e internacionalização, tem como consequência um acirramento da vulnerabilidade internacional, derivada do tipo dominante de inserção dos países ditos emergentes nos novos fluxos de capital. De acordo com Chesnais, apud Cardoso Jr. (2001), “diante deste aumento de vulnerabilidade a economia brasileira possui uma crescente dependência aos recursos especulativos de curto prazo confirmando assim a crença em torno da ausência de contribuição desses fluxos de capitais para o aumento do investimento na produção, comprometendo o crescimento do país no período”.

Com relação à abertura comercial, Coutinho (1995) comenta que a globalização possui uma característica peculiar e significativa sobre a reestruturação produtiva e tecnológica no sentido da centralização das indústrias e de uma nova concentração de mercados. Deste modo, o fenômeno, por si só, leva a um processo desigual com relação às novas tecnologias e assim as economias mais despreparadas acabam ficando cada vez mais longe dos países desenvolvidos.

As transformações tecnológicas têm impacto em todos os setores econômicos (primário, secundário e terciário), mas principalmente sobre os setores industriais e de serviços, que irão redefinir seus padrões de organização no sentido da administração e da produção. Para Braga, apud Cardoso Jr. (2001, p.11) “o que é mais notório neste sentido de redefinição é a oligopolização em escala global, que leva a formação de blocos econômicos ou alianças tecnológicas para ter soberania sobre os mercados mundiais que são interdependentes”.

Finalmente, ainda de acordo com este autor, a abertura comercial e financeira teve impactos sobre a base produtiva brasileira que não pode ser dissociada dos condicionantes gerais que nortearam tanto o processo de abertura da economia nacional aos fluxos internacionais de capitais e mercadorias quanto o reordenamento das empresas aqui instaladas. Nesse sentido, é válido abranger o fenômeno da abertura comercial e financeira a uma das reformas estruturais de cunho liberalizante, como uma das etapas necessárias ao tipo de modernização preconizada pelos representantes e defensores das propostas do Consenso de Washington no país.

Por último, o terceiro aspecto de grande importância econômica, a queda das taxas de inflação. A partir do segundo semestre de 1994 foi implementado o Plano Real, que possuía dois componentes relevantes, a saber:

(a) a entrada em massa de capitais estrangeiros nos últimos anos no país devido as taxas de juros brasileiras serem mais altas que as praticadas no exterior e;

(b) sobrevalorização da moeda corrente, devido ao item anterior e pelo déficit em transações correntes que não favoreciam o crescimento econômico.

De maneira geral, o comportamento da economia brasileira nos anos 1990, sofreu influência, desde os primeiros anos da década, pelos processos de abertura comercial e financeira. A abertura comercial foi positiva para o país no sentido de segurar a inflação doméstica mantendo a concorrência internacional em condição permanente contestabilidade de preços e mercado interno, mas foi negativa no sentido de causar sérios problemas para o parque industrial brasileiro, que teve dificuldades de retomada dos investimentos em produção (Cardoso Jr., 2001, p.12).

Com relação ao terceiro aspecto, o autor menciona que o Plano Real como plano de estabilização, conseguiu relativo sucesso no combate da inflação, mas levou a economia brasileira a três armadilhas sem breve solução.

Para esse mesmo autor, a primeira armadilha é a estagnação econômica, onde o mercado não consegue ter uma retomada nos investimentos, conseqüentemente uma estabilização não se perdura por muito tempo se não ocorrer crescimento do produto. A segunda é a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, com os déficits das contas públicas. A terceira e última armadilha diz respeito aos próprios sustentáculos da estabilização, cujos anteparos têm se mostrados extremamente vulneráveis e dependentes das condições do mercado internacional. A abertura não seletiva com câmbio flutuante (pós-desvalorização em janeiro de 1999) impacta negativamente o crescimento. A estagnação econômica com juros elevados inviabiliza qualquer tentativa de recomposição das condições de financiamento do setor público. Por fim, o Estado em situação financeira ruim acelera a deterioração do cenário político, sintoma inequívoco de aprofundamento da crise no país.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, por sua vez, “as transformações econômicas engendradas pelo movimento de abertura externa com recessão doméstica no início dos anos 1990 agiram no sentido de aprofundar as inserções setoriais ligadas

aos serviços prestados a empresas, comércio, transportes, e serviços prestados às famílias e serviços não mercantis. Ao mesmo tempo, acentuaram-se as inserções ocupacionais dos assalariados sem carteira, trabalhadores autônomos e trabalhadores não remunerados” (Cardoso Jr., 2001, p.13).

Para Castro e Dedecca (1998, p.15) “as novas inserções setoriais seriam fruto mais da perda de dinamismo econômico da estrutura produtiva brasileira que de seu reordenamento rumo a um novo padrão de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, as novas inserções ocupacionais representariam muito mais estratégias de sobrevivência dos trabalhadores diante do colapso das alternativas de empregabilidade formal com proteção social que uma livre escolha no sentido de alcançar ascensão profissional ou pessoal, ainda que muitas dessas novas atividades autônomas possam redundar em certo prestígio ou mesmo em rendimentos médios mais elevados nas fases ascendentes dos ciclos”.

Para Cardoso Jr. (2001), os fenômenos terceirização das ocupações e informalização das relações de trabalho ajudam a explicar também a deterioração da qualidade da maioria dos novos postos de trabalho abertos durante a década de 1990, com reflexos perversos sobre a estrutura já bastante concentrada de renda do trabalho pessoal. No interior da classe trabalhadora cresce a competitividade, que leva uma procura por inserção a todo custo no mercado de trabalho pouco estruturado do Brasil, conforme será discutido na próxima seção.

3.3 Desestruturação do mercado formal de trabalho

Diante da crise econômica brasileira dos últimos anos, a desestruturação do trabalho existe devido à ausência e ineficácia de políticas públicas que garanta ao trabalhador renda e proteção social, tanto aos empregados como aos desempregados.

De acordo com Cardoso Jr. (2001, p.15) “a desestruturação do mercado formal de trabalho teve início na década de 1980, devido à desarticulação do modelo de desenvolvimento industrial que havia comandado a economia brasileira até então. Na década de 1990 esta desestruturação se acentuou mais ainda devido às políticas liberalizantes adotadas pelos governantes do período”.

As principais características deste processo são as mencionadas a seguir:

- (a) crescimento do setor terciário (comércio e serviços) da economia;
- (b) crescimento elevado da informalidade nas relações de trabalho;
- (c) aumento considerável dos níveis de desocupação e desemprego;
- (d) deteriorização ou piora na qualidade dos postos de trabalho;
- (e) estagnação relativa dos salários médios advindos do trabalho; e
- (f) estagnação da situação distributiva, tanto do ponto de vista da distribuição

funcional da renda quanto da distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho.

Passemos, então, ao detalhamento maior de alguns desses aspectos. Um dos fenômenos a ser investigado no mercado de trabalho nacional ao longo das últimas décadas diz respeito à terceirização das atividades e ocupações econômicas na sociedade brasileira.

Ainda segundo Cardoso Jr. (2001), em um contexto de retração prolongada no nível de atividade que se instaura sobre um mercado de trabalho já de oferta ex-sedentária de mão-de-obra desprovida de amplos mecanismos de proteção providos pelo Estado a dinâmica de criação de novos postos de trabalho parece depender relativamente mais das condições de oferta que das de demanda por trabalho. Quando é esse o caso, as atividades geradas no comércio ambulante e nos serviços pessoais crescem vertiginosamente, inflando o setor terciário da economia.

Deve-se destacar que a elevação de pessoas ocupadas em atividades terciárias da economia ocorre devido ao aumento de jovens e, principalmente, de mulheres na composição da população economicamente ativa (PEA) que são a mão-de-obra mais barata, além da migração de trabalhadores industriais para estes novos postos de trabalho.

Segundo Cardoso Jr. (2001, p.22), “a informalização das ocupações constitui, ao lado do processo de terceirização, o segundo grande eixo de transformações observado no mercado de trabalho brasileiro ao longo dos últimos anos. O que pode ser observado nos últimos anos é que está ocorrendo um declínio dos trabalhadores com carteira assinada (assalariamento legal), que está associada a uma expansão dos trabalhadores sem registro em carteira ou chamados empregos informais (assalariamento ilegal) e de trabalhadores autônomos ou por conta própria (dessalariamento voluntário ou involuntário)”.

Alguns autores, como Franco (1999), atribuem o desemprego no Brasil ao conjunto de transformações estruturais que ocorreram em âmbito mundial, resultado da reestruturação produtiva, das novas tecnologias e dos novos modelos de organização. O papel do Estado seria o de acelerar as reformas constitucionais (previdenciária, trabalhista, tributária, administrativa, dentre outras), para tentar gerar empregos e passar confiança aos investidores privados tanto nacionais como estrangeiros. O governo tentaria investir nas atividades clássicas de um sistema público de emprego: intermediação e capacitação profissional da força de trabalho ativa, reservando um sistema de seguro-desemprego para aquela fração da população inevitavelmente desempregada pelo processo de ajuste microeconômico.

De acordo com Cacciamali (1995, p.18), “o que se poderia chamar de visão crítica desse processo, ainda que se reconheça o impacto oriundo da esfera microeconômica sobre o emprego agregado, não se descarta a idéia de o ambiente macroeconômico interno estar muito pouco propício ao enfrentamento do desemprego como fenômeno econômico e social de grandes proporções, com conseqüências adversas sobre o conjunto da população e da própria economia. No caso de um país como o Brasil que possui muitos problemas de ordem estrutural e social como, por exemplo, as altas taxas de desemprego responderiam melhor por diretrizes de política (macro e micro) econômica que não procuram contrarrestar os efeitos já nocivos sobre o emprego de uma crise generalizada de demanda efetiva agregada”.

Assim de acordo com a tabela 1, fica evidente que a década de 1990, houve uma precarização do mercado de trabalho brasileiro. Através da taxa média anual do desemprego aberto podemos observar um aumento expressivo do desemprego no ano de 1992 devido à recessão que se encontrava o país. Já no ano de 1995 ocorreu uma pequena melhora na taxa de desemprego, sendo que em 1998 novamente volta-se a ter números expressivos de desemprego aberto.

Tabela 1: Taxa média de desemprego aberto nas regiões metropolitanas do país no período de 1991 a 2001.

<i>Ano</i>	<i>%</i>
1991	5,24
1992	6,14
1993	5,75
1994	5,44
1995	4,96
1996	5,81
1997	6,14
1998	8,35
1999	8,26
2000	7,85
2001	6,83

Fonte: IPEADATA

Cabe ainda ressaltar que, segundo dados da RAIS, ocorreu uma redução da geração de postos de trabalho formal em alguns setores da economia entre os anos de 1990 e 1999, havendo, ao mesmo tempo, setores que tiveram um pequeno aumento nos postos de trabalho. Isso ocorre devido ao processo de migração de trabalhadores que ficaram desempregados nos setores que tiveram declínio na oferta de trabalho e foram para os setores que está ofertando postos de trabalho.

A tabela 2 mostra exatamente o que foi dito anteriormente, ou seja, o declínio nos postos de trabalho nos setores da extrativa mineral, indústria de transformação e construção civil. Já os setores de comércio e serviços tiveram aumentos significativos, com maior destaque para o setor de serviços, que teve um aumento percentual de 4,15 no ano de 1999 em relação a 1990.

Tabela 2: Distribuição de empregos formais nos setores da economia Brasileira nos anos de 1990 e 1999.

	1990	Partic. %	1999	Partic. %
Extrativa mineral	130.875	0,56	100.506	0,40
Indústria de transformação	5.464.436	23,55	4.603.893	18,42
Serviços indústria de utilidade pública	323.392	1,39	309.968	1,24
Construção civil	959.341	4,14	1.047.891	4,19
Comércio	2.979.260	12,84	3.937.911	15,76
Serviços	6.448.719	27,80	7.986.034	31,95
Administração pública	4.773.467	20,58	5.969.659	23,89
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	372.960	1,61	1.035.374	4,14
Outros/ignorado	1.746.206	7,53	2.029	0,01
Total	23.198.656	100	24.993.265	100

Fonte: RAIS/MTE

Para Cardoso Jr. (2001, p.33), “o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observaram ao longo dos anos 1990 são um fenômeno de amplitude nacional e jamais ocorrido na história do país. Diante de tal situação os governantes que em primeiro momento tentaram ignorar o desemprego, tiveram que ter um conhecimento mais amplo do mesmo e assim, tentaram atribuí-lo à legislação trabalhista brasileira e à desqualificação de força de trabalho brasileira”.

3.4 Desregulamentação do mercado de trabalho

Na década de 1990 teve início o processo de desregulamentação do mercado formal de trabalho no Brasil. Na verdade, foram e continuam sendo alterações graduais de itens importantes da legislação brasileira CLT e da Constituição de 1988, com impactos diretos sobre as relações de trabalho.

Na visão de Cardoso Jr. (2001), esse processo de desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro pode ser caracterizado por um conjunto de medidas legais que promovem:

- (a) a flexibilização das condições de uso da força de trabalho;
- (b) a flexibilização das condições de remuneração da força de trabalho;
- (c) alterações na proteção e assistência à força de trabalho;

(d) alterações nas estruturas da justiça do trabalho e sindicatos.

Para esse autor, uma das iniciativas de desregulamentação do mercado de trabalho foi à lei n° 8.949 de Cooperativas, onde pessoas empregadas por esta lei, não tinham os direitos e benefícios dos trabalhadores com registro em carteira, teriam salários menores e jornadas de trabalho superiores as dos trabalhadores com registro em carteira.

Na linha da flexibilização das condições de uso da força de trabalho, a Lei número 9.601, de 1998, trouxe novidades no que diz respeito à contratação de empregados e à jornada de trabalho. Esta lei flexibilizou a jornada de trabalho com a criação do banco de horas, por meio de uma alteração do artigo no 59 da CLT. O banco de horas permite que não seja necessário o aumento de salário em casos de acordo coletivo, pois o excesso de horas pode ser compensado por uma folga ou diminuição de horas em outro dia de trabalho no período máximo de quatro meses. Anteriormente a esta lei o prazo máximo de reposição de folga era de oito dias.

Segundo o mesmo autor, no que tange à redução da jornada de trabalho, existe duas linhas de discussão opostas. A primeira linha do debate encontra argumentos que defendem a idéia de que uma redução generalizada da jornada de trabalho oficial, ainda que acordada em negociações coletivas sem uma redução proporcional dos salários, não só não faria crescer a demanda por trabalho como ainda poderia fazer crescer o próprio desemprego. Segundo esse raciocínio, em um contexto de encarecimento do fator trabalho *vis-à-vis* o fator capital, os empresários optariam pela substituição de trabalho por mais capital, mediante a introdução de novas e modernas tecnologias poupadoras de mão-de-obra que aprofundariam o problema do desemprego no país.

Já a outra linha de debate, acredita que uma redução amplamente negociada da jornada de trabalho, que contemplasse o conjunto da economia e que estivesse associada a algum tipo de controle coletivo sobre o montante de horas extras por trabalhador, poderia sim elevar o volume de contratações, supondo-se constante o mesmo patamar de crescimento econômico, que é reconhecido como baixo pelos analistas. Esse raciocínio defende ser possível, do ponto de vista da estrutura econômica já constituída no Brasil, promover-se uma redução da jornada de trabalho mais que proporcional à redução do salário-hora, com o que se estaria promovendo

também uma redistribuição de renda virtuosa no sistema, já que amparada nos ganhos de produtividade da economia como um todo, cuja apropriação, no Brasil, ao contrário de países capitalistas avançados, tem se dado historicamente em favor dos capitalistas.

O autor conclui que, no Brasil tem prevalecido a visão contida na primeira das duas versões anteriormente expostas, de acordo com a qual a solução para o desemprego não passaria pela redução da jornada de trabalho, mas sim pela desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, como condição para se reduzirem ainda mais os custos de contratação e admissão de nossa mão-de-obra, o que estimularia novas contratações.

CAPÍTULO IV – A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO CATARINENSE

4.1 Introdução

Este capítulo tem o objetivo de mostrar a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, sendo subdividido em duas seções.

Na primeira seção discutem-se os aspectos gerais do mercado formal de trabalho Catarinense.

Na segunda seção, aborda-se o mercado formal de trabalho especificamente em relação às mulheres trabalhadoras catarinenses, através de diversas variáveis: nível de escolaridade, níveis de remuneração, faixa etária e jornada de trabalho .

4.2 Aspectos gerais do mercado formal de trabalho Catarinense e considerações gerais sobre a inserção da mulher neste mercado.

“A tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho em que grande parte de seus trabalhadores encontra-se com contrato formalizado. Assim, Santa Catarina se sobressai como um dos estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada” (Mattei e Lins, 2001, p.04).

Através da tabela 3, podemos verificar que há uma mudança na última década devido ao fato do crescimento de postos de trabalho não acompanhar o crescimento do número de trabalhadores. Constata-se, ainda, que apesar dos postos formais de trabalho criados não terem sido suficientes para PEA Catarinense, estes tiveram um crescimento para o período de 5,08% a.a. Sendo assim, os trabalhadores que não conseguiram ingressar no mercado formal de trabalho, são obrigados a procurar outras formas de empregabilidade. Em grande medida, e seguindo o movimento do país, devem parar no mercado informal.

Tabela 3: População Economicamente Ativa e Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina nos anos de 1992 e 2004.

	<i>1992</i>	<i>2004</i>
PEA	2.407.458	3.280.445
PFT	821.482	1.406.247
PEA – PFT	1.585.976	1.874.198
PFT/ PEA	34,12%	42,86 %

Fonte: Relatório Parcial de Atividades PIB/CNPq – BIP/UFSC 2005/2006, p. 11.

Para ilustrar ainda mais o que acontece no Estado, a tabela 4 apresenta a evolução dos postos formais de trabalho, no período entre 1991 a 2003 classificados por gênero. Nela observa-se o aumento de mulheres no mercado formal de trabalho e a queda relativa do sexo masculino, embora este continua sendo maioria entre os trabalhadores catarinenses com contratos formais de trabalho.

Tabela 4: Total de vínculos por postos formais de trabalho em Santa Catarina por gênero no período de 1991 a 2003.

Anos	Masculino	Partic. %	Feminino	Partic%	Total
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
2000	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2002	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
2003	779.395	60,31	513.012	39,69	1.292.407

Fonte: RAIS/MTE

Essas informações mostram que está ocorrendo uma maior participação do gênero feminino no mercado formal de trabalho. De acordo com Pillatti (2004, p.60) “a diferença na inserção de homens e mulheres com mesmas características produtivas no

mercado de trabalho podem ocorrer por três motivos: pelo tempo para trabalhar realmente em atividades laborais (mulheres demandam mais tempo para cuidar dos filhos ou para fazer atividades domésticas); pela discriminação salarial pura e simples entre homens e mulheres (na hipótese onde a mulher é remunerada com valores menores) e pela condição de que podem diferir quanto ao estoque de capital, sendo vistos como diferentes fatores de produção”. Este é o assunto do item seguinte, que pretende discutir a inserção da mulher no mercado formal de trabalho catarinense.

A mulher catarinense está inserida em todos os setores de atividade econômica do Estado. Houve um forte aumento na participação das mulheres no mercado formal de trabalho, como no mercado informal. A mulher abriu o seu espaço em uma grande diversidade de profissões, hoje encontrando-se desde autônomas, funcionárias públicas, até frentistas de postos de gasolina. Mas há uma constatação por parte de alguns autores, entre eles Cardoso (2006), que há uma tendência do trabalho feminino ter uma bipolarização de funções: um pólo formadas por profissionais altamente qualificadas e bem remuneradas (que é o caso da minoria) e o outro formado por trabalhadoras não-qualificadas em empregos mal remunerados e sem valorização social (caso da maioria que são: empregadas domésticas e diaristas).

A tabela 5 mostra o número de mulheres que fazem parte da PEA Catarinense no período de 1991 a 2001. Nota-se uma tendência ao aumento do número de mulheres a cada ano buscando uma fonte de renda. Já com o sexo masculino a tendência é justamente contrária, ocorre diminuição do número de homens com empregos formais.

Tabela 5: Distribuição da PEA absoluta e da PEA relativa de Santa Catarina segundo gênero no período de 1991 a 2001.

Ano	Masculino		Feminino		Total
	Absoluto	%	Absoluto	%	
1991	1.308.434	66,19	668.445	33,81	1.976.879
1992	1.447.758	60,14	959.700	39,86	2.407.458
1993	1.473.080	60,24	972.306	39,76	2.445.386
1994	nd	nd	nd	nd	nd
1995	1.545.973	58,73	1.086.292	41,27	2.632.265
1996	1.494.526	59,49	1.017.654	40,51	2.512.180
1997	1.528.557	60,06	1.016.424	39,94	2.544.981
1998	1.543.949	57,49	1.141.860	42,51	2.685.809
1999	1.639.038	58,31	1.171.975	41,69	2.811.013
2000	1.590.196	59,28	1.092.159	40,72	2.682.355
2001	1.698.845	57,85	1.237.815	42,15	2.936.660

Fonte: Síntese Estatística/IBGE e Censo Demográfico/IBGE.

Observa-se um aumento do número de mulheres economicamente ativas entre 1991 e 2001, sendo que os percentuais dessas mulheres na PEA foram 33,81% e 42,15%, respectivamente. Em valores absolutos ocorreu um aumento de 569.370 novas mulheres no mercado formal de trabalho catarinense no período considerado.

4.3 Mercado formal de trabalho feminino em Santa Catarina

4.3.1 Gênero e Nível de escolaridade.

A análise segundo nível de escolaridade espelha o comportamento do mercado formal em relação ao quesito qualificação do trabalhador. A tabela 6 mostra o nível de escolaridade por gênero nos anos de 1990 e 1999 em Santa Catarina. Percebe-se que o nível de escolaridade teve um aumento, tanto para o sexo feminino quanto para o masculino, comparando-se os anos de 1990 e 1999. Neste caso, destaca-se que o nível superior completo teve um crescimento em ambos os sexos. Isto acontece devido às mudanças que estão ocorrendo no cenário econômico e na organização das empresas, que obriga os trabalhadores a buscarem uma maior qualificação profissional.

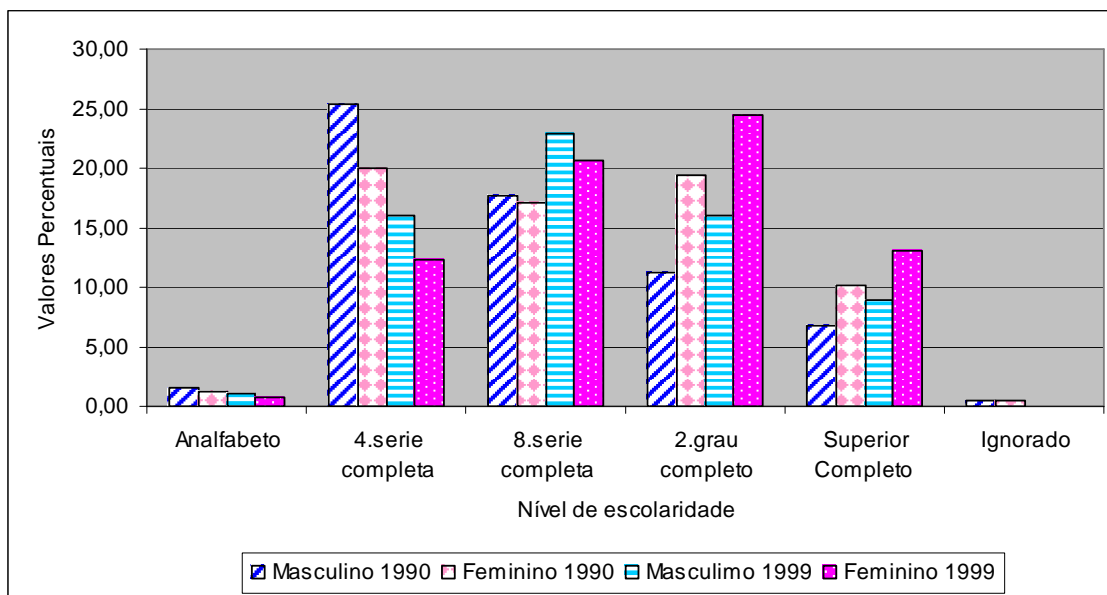
Tabela 6: Nível de escolaridade por gênero em Santa Catarina nos anos de 1990 e 1999.

	Masculino		Feminino	
	1990	1999	1990	1999
Analfabeto	8.260	6.826	3.747	2.982
4.serie incom.	49.091	34.138	15.998	11.949
4.serie completa	137.385	101.735	58.904	46.546
8.serie incom.	97.653	110.357	42.758	47.063
8.serie completa	95.641	145.583	50.195	78.234
2.grau incom.	40.330	59.739	23.823	35.609
2.grau completo	60.886	101.558	57.106	92.605
Superior Incom.	14.115	16.907	10.206	14.256
Superior Completo	36.522	56.491	30.044	49.352
Ignorado	2.585	1	1.517	0
Total	542.468	633.335	294.298	378.596

Fonte: RAIS/MTE

Para podermos ter uma melhor visualização dos dados da tabela 6, o gráfico 1 mostra as mesmas informações só que em valores percentuais. No gráfico fica evidente também o aumento do nível de escolaridade de 2º grau completo em ambos os sexos, mostrando assim que os trabalhadores catarinenses estão buscando qualificação para poder se inserir ou continuar no mercado formal de trabalho.

Gráfico 1: Valores percentuais do nível de escolaridade por gênero em Santa Catarina nos anos de 1990 e 1999.



Elaborado pela autora.

De acordo com Dedecca (1998 p.22) “a melhora no grau de instrução mostra que está havendo alteração da qualificação dos trabalhadores quer seja por força da demanda do mercado ou pela maior acessibilidade à escola. No entanto, essa melhora de grau de instrução dos trabalhadores penaliza com mais intensidade aqueles indivíduos menos capacitados e com menor possibilidade de competição em um segmento do mercado de trabalho caracterizado pela baixa capacidade de geração de novos empregos e com maior número de desempregados”.

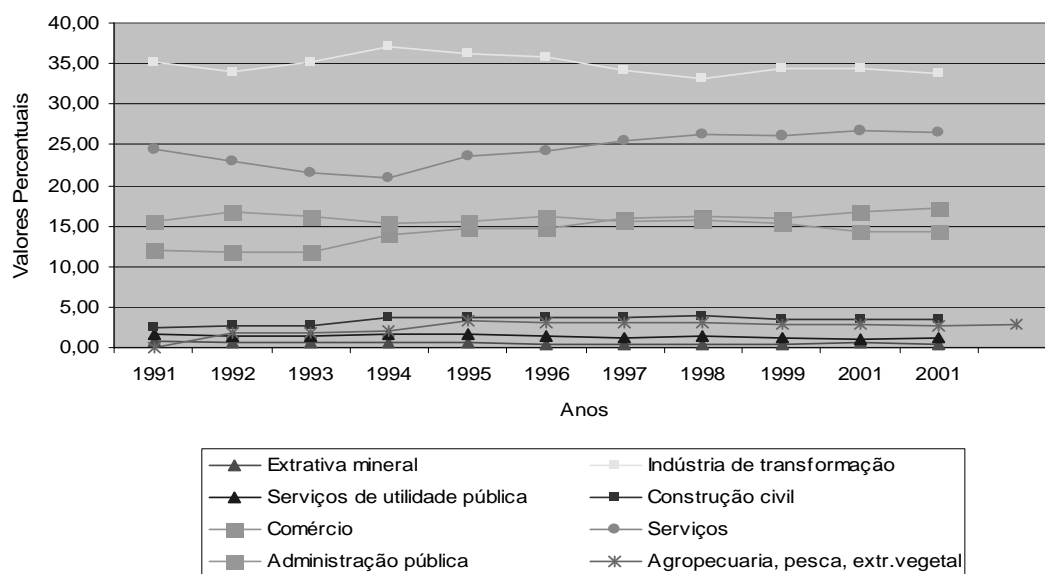
4.3.2 Gênero e Setores da atividade econômica.

Em Santa Catarina verifica-se que o mercado formal de trabalho no período de 1991 a 2001 está concentrado em termos gerais, em quatro setores, sem grandes distinções por sexo. Os quatro setores com maior participação na economia do Estado*

Nota: obviamente que aqui não está considerado o setor agrícola, cujo grau de informalidade do trabalho é amplamente predominante.

e conseqüentemente, com maior número de postos de trabalho são: o setor da indústria de transformação, serviços, comércio e administração pública, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução dos setores da atividade econômica no Estado de Santa Catarina no período de 1991 a 2001 em valores percentuais.



Fonte: RAIS/MTE

Tabela 7: Distribuição e participação por gênero nos postos formais de trabalho dos setores da atividade econômica em Santa Catarina nos anos de 1991 e 1999.

	1990		1999	
	Partic. % Maculina	Partic. % Feminina	Partic. % Maculina	Partic. % Feminina
Extrativa mineral	97,36	2,64	94,33	5,67
Industria de transformação	68,10	31,90	68,16	31,84
Serviços industr de utili. publica	85,72	14,28	84,92	15,08
Construção civil	93,67	6,33	93,80	6,20
Comércio	63,16	36,84	62,19	37,81
Serviços	62,51	37,49	56,34	43,66
Administração publica	52,23	47,77	47,89	52,11
Agropecuár, extr vegetal, caca e pesca	82,62	17,38	81,17	18,83
Total	64,83	35,17	62,59	37,41

Fonte: RAIS/MTE

De acordo com a tabela 7, os setores em que há mais oferta de trabalho às mulheres são: administração pública, serviços e comércio. No ano de 1990 as mulheres ocupavam nos setores da administração pública, serviços e comércio, 47,77%, 37,49%, 36,84%, respectivamente. Já os homens são maioria absoluta nos setores de extrativa mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública. Em 1999 as mulheres continuavam com maior participação nos mesmos setores do ano 1990, mas com algumas diferenças. No setor de administração pública as mulheres se tornam maioria no ano de 1999, com 52,11% dos postos de trabalho. No setor de serviços, em comparação com o ano de 1990, houve um aumento de 6,17% de postos de trabalho ocupados por mulheres. Note-se que a construção civil e indústria de transformação não alteram em nada a situação das mulheres. Nos demais setores houve um crescimento pequeno no número de mulheres ocupando postos de trabalho. Com relação aos homens, nota-se uma pequena redução dos postos formais de trabalho em consonância com o aumento da participação das mulheres.

4.3.3 Gênero e Jornada de trabalho.

No Brasil há muito tempo se luta pela redução da jornada de trabalho. De acordo com Antunes, apud Miranda (2005, p.34) “a luta pela redução da jornada de trabalho e pelo acesso ao emprego devem ser complementares ao invés de excludentes. A busca por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre fora do trabalho são elementos essenciais à construção de uma sociedade não mais controlada pelo sistema do capital e por seus mecanismos de subordinação”.

Na tabela 8 verifica-se a jornada de trabalho no estado de Santa Catarina por gênero nos anos de 1994 e 1999. A variação mais expressiva é do grupo de 13 a 15 horas semanais onde as mulheres tiveram um crescimento no ano de 1999 em relação a 1994.

Tabela 8: Distribuição por gênero da jornada de trabalho em Santa Catarina nos anos de 1994 e 1999.

	1994*				1999			
	Mascu- lino	Partic. %	Femi- nino	Partic. %	Mascu- lino	Partic. %	Femi- nino	Partic. %
Ate 12 horas de trabalho semanais	3.038	50,07	3.030	49,93	4.089	46,02	4.797	53,98
De 13 a 15 horas de trabalho semanais	604	61,26	382	38,74	459	45,81	543	54,19
De 16 a 20 horas de trabalho semanais	6.035	31,00	13.433	69,00	5.268	28,08	13.491	71,92
De 21 a 30 horas de trabalho semanais	18.216	45,93	21.441	54,07	15.823	39,27	24.472	60,73
De 31 a 40 horas de trabalho semanais	86.660	58,35	61.852	41,65	85.398	55,63	68.108	44,37
De 41 a 44 horas de trabalho semanais	473.412	66,98	233.351	33,02	522.295	66,16	267.185	33,84
De 45 a 48 horas de trabalho semanais	151	70,89	62	29,11	nd	0,00	nd	0,00
Mais de 48 horas de trabalho semanais	201	95,71	9	4,29	nd	0,00	nd	0,00
Ignorado	1.177	68,63	538	31,37	3	100,00	0	0,00
Total	589.494	63,83	334.098	36,17	633.335	62,59	378.596	37,41

Fonte: RAIS/MTE

* O ano de 1994 foi utilizado porque a RAIS não possuía este tipo de informação por trabalhador nos anos anteriores.

De acordo com a tabela no primeiro grupo de até 12 horas semanais no ano de 1994 não havia diferença entre os sexos; já no ano de 1999 houve um aumento do número de mulheres, passando de 3.030 postos de trabalho em 1994, para 4.797 em 1999. No segundo grupo de 13 a 15 horas semanais as mulheres tiveram um aumento de 15,45%; em 1994 eram 382 mulheres e em 1999 já eram 543, neste grupo de até 15 horas semanais.

No grupo de 16 a 20 horas semanais as mulheres ocupavam 13.433 postos de trabalho contra 6.035 ocupados por homens em 1994. No ano de 1999 as mulheres continuam maioria absoluta com um percentual de 71,92% de ocupação e os homens com apenas 28,08%. Com relação à jornada de trabalho de 21 a 30 horas semanais as mulheres, em 1994, eram 54,07%, passando para 60,73% em 1999; já os homens reduziram de 45,93% , em 1994, para 39,27% , em 1999.

No grupo de 31 a 40 horas semanais as mulheres deixam de ser maioria comparando com os grupos anteriores. Neste grupo os homens, no ano de 1994, ocupavam 58,35% dos postos de trabalho e as mulheres 41,65%. No ano de 1999 houve um aumento da participação feminina, que passou para 44,37%, mas os homens continuaram sendo maioria neste grupo com uma participação de 55,63% .

O grupo de 41 a 44 horas semanais é que concentra o maior número de trabalhadores em ambos os sexos. Os homens ocupavam, no ano de 1994, 66,98% dos postos de trabalho e as mulheres 33,02%. No ano de 1999 verifica-se que este grupo de jornada de trabalho não sofreu alteração, tanto para homens como para mulheres.

No grupo de 45 a 48 horas semanais no ano de 1994 havia um total de 213 trabalhadores, já no ano de 1999 não existe mais nenhum trabalhador neste grupo de jornada de trabalho. O mesmo acontece com o grupo de mais de 48 horas semanais no ano de 1994 eram 210 trabalhadores e em 1999 já não há nenhum trabalhador relacionado nesta jornada.

4.3.4 Gênero e Faixa etária

A análise do mercado formal de Santa Catarina por faixa etária e sexo revela a característica dos postos formais de trabalho no ano de 1991 e 1999, com influência das mudanças ocorridas no contexto econômico regional e nacional. A tabela 9 apresenta a faixa etária de homens e mulheres nos postos formais de trabalho nos anos de 1991 e 1999. O interessante a ser observado é o aumento do número de mulheres acima dos 40 anos que estão no mercado de trabalho no ano de 1999, enquanto que a participação dos homens vem caindo, comparando-se o ano de 1999 com 1991.

Tabela 9: Distribuição por faixa etária e sexo nos postos formais de trabalho em Santa Catarina nos anos de 1991 e 1999.

	1991				1999			
	Mascu- lino	Partic. %	Femi- nino	Partic. %	Mascu- lino	Partic. %	Femi- nino	Partic. %
10 a 14 anos	2.137	66,37	1.083	33,63	159	66,25	81	33,75
15 a 17 anos	26.914	61,23	17.042	38,77	18.353	64,70	10.014	35,30
18 a 24 anos	120.690	61,59	75.273	38,41	143.959	62,76	85.412	37,24
25 a 29 anos	98.147	64,81	53.280	35,19	107.565	62,47	64.617	37,53
30 a 39 anos	153.918	64,70	83.970	35,30	194.062	61,44	121.804	38,56
40 a 49 anos	86.229	67,04	42.396	32,96	118.218	61,51	73.966	38,49
50 a 64 anos	41.761	76,78	12.630	23,22	47.996	68,51	22.062	31,49
65 anos ou mais	3.234	87,50	462	12,50	2.930	82,93	603	17,07
Ignorado	9.438	53,63	8.162	46,38	93	71,54	37	28,46
Total	542.468	64,83	294.298	35,17	633.335	62,59	378.596	37,41

Fonte: RAIS/MTE

De acordo com a tabela anterior, das pessoas com idade de 10 a 14, anos a grande maioria são homens, com 66,37% dos postos de trabalho em 1991, contra 33,63% das mulheres. No ano de 1999 estes dados não se alteram. Na faixa etária de 15 a 17 anos, em 1991 eram 17.042 mulheres trabalhando. Já no ano de 1999 este número diminui para 10.014 nesta faixa etária.

O grupo de 18 a 24 anos possui um número expressivo de trabalhadores onde mais uma vez os homens são maioria, enquanto eles ocupavam 61,59% dos postos de trabalho, elas ocupavam 38,41%. No ano de 1999 estes números se mantêm quase inalterados. Na faixa etária de 25 a 29, no ano 1991, os homens eram 64,81% e as mulheres 35,19%. No ano de 1999 estes números passaram para 62,47% e 37,53%, respectivamente.

Na faixa etária 40 a 49 anos, no ano de 1991, eram 42.396 mulheres. Já no ano de 1999 elas passaram para 73.966, ocorrendo um aumento de 8,27% no número de trabalhadoras nesta faixa etária. Já os homens possuem uma queda de 5,53% no número de trabalhadores com esta idade. No grupo de 50 a 64 ocorre o mesmo que na

faixa etária anterior, pois verifica-se o aumento do número de mulheres de 12.630, em 1991, para 22.062 em 1999. E os homens mais uma vez tiveram uma queda na participação na faixa etária de 50 a 64 anos. Na faixa etária de 65 anos ou mais as mulheres também aumentaram sua participação, pois em 1991 eram 12,50% e no ano de 1999 já respondiam por 17,07%. Os homens reduziram de 87,50% sua participação nesta faixa etária para 82,93%, em 1999.

4.3.5 Gênero e Remuneração

Na visão de Baltar (1998 p.155) “O trabalho no Brasil é flexível e mal remunerado. Sempre é possível, entretanto torná-lo ainda mais flexível e barato, rebaixando os padrões mínimos de uso de remuneração do trabalho. Nesse quadro, tem ganhado força nos meios empresariais a idéia do flexibilizar o trabalho, reduzindo ao mínimo os encargos sociais e deixando os salários diminuírem a partir da pressão competitiva sobre os empregadores”.

Na tabela 10 observa-se que a maioria dos trabalhadores está na faixa que vai até 3 SM. Somando-se homens e mulheres no ano de 1991 o total destes trabalhadores era de 379.741 trabalhadores com esta faixa de rendimento. No ano de 1999 este número passou para 542.064. Essas informações separadas por gênero mostram que, de maneira gradual, as mulheres vêm conseguindo aumentar seus rendimentos.

Na faixa de renda até 1SM, em 1991, os homens eram 58,57%, enquanto as mulheres eram 41,43%. Já em 1999 estes percentuais foram de 47,91% para os homens e 52,09% para as mulheres. Nesta faixa salarial é possível perceber que as mulheres estão se inserindo no mercado de trabalho, mas com níveis de salários baixos e os homens, por sua vez, estão conseguindo elevar seus rendimentos.

Na faixa de renda entre 1 SM e 3 SM, em 1991 os homens eram 58,41%, enquanto as mulheres eram 40,55%. Já em 1999 estes percentuais não sofrem alterações. Mas a faixa de renda de 1SM a 2SM das mulheres, que em 1991 era 40,55%, em 1999 passou 46,34%. Isto reforça a idéia da inserção das mulheres no mercado de trabalho com os níveis salariais mais baixos, comparativamente aos homens.

Tabela 10: Distribuição percentual de postos formais de trabalho, segundo gênero e remuneração em Santa Catarina nos anos de 1991 e 1999.

	1991				1999			
	Mascu- lino	Partic. %	Femi- nino	Partic. %	Mascu- lino	Partic. %	Femi- nino	Partic. %
De 0,00 a 0,50 salário mínimo	422	54,88	347	45,12	918	54,19	776	45,81
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	10.527	58,57	7.446	41,43	10.097	47,91	10.976	52,09
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	95.948	59,45	65.452	40,55	126.953	53,66	109.625	46,34
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	116.584	58,41	83.015	41,59	168.222	59,50	114.497	40,50
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	84.318	61,85	52.000	38,15	101.108	68,32	46.893	31,68
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	57.001	71,35	22.883	28,65	61.444	69,74	26.659	30,26
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	63.700	74,97	21.262	25,03	64.950	70,82	26.755	29,18
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	38.740	68,10	18.149	31,90	38.967	67,07	19.133	32,93
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	28.615	71,83	11.223	28,17	26.360	67,29	12.815	32,71
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	13.480	77,56	3.901	22,44	12.599	73,05	4.648	26,95
Mais de 20,00 salários mínimos	21.403	81,73	4.786	18,27	18.904	80,69	4.523	19,31
Ignorado	11.730	75,37	3.834	24,63	2.813	68,46	1.296	31,54
Total	542.468	64,83	294.298	35,17	633.335	62,59	378.596	37,41

Fonte: RAIS/MTE

Na faixa de renda de 3 SM a 5 SM, em 1991, os homens eram 71,35%, enquanto as mulheres eram 28,65%. Em 1999 estes percentuais foram de 69,74% para homens e 30,26% para mulheres. Nesta faixa de renda chama atenção a faixa dos rendimentos entre 3 SM e 4 SM das mulheres, havendo queda de sua participação em 6,45% no ano de 1999, em relação a 1991.

Na faixa de renda de 5 SM a 10 SM, em 1991, os homens eram 68,10%, enquanto as mulheres eram 31,90%. Já em 1999 estes percentuais foram de 67,07% para homens e 32,93% para as mulheres. Nesta faixa salarial é possível perceber que está havendo um aumento dos rendimentos das mulheres, mais de maneira lenta, pois os homens continuam sendo a grande maioria nestas faixas de rendimentos.

Na faixa de rendimentos acima de 10 SM, em 1991, os homens eram aproximadamente 75%, enquanto as mulheres eram aproximadamente 25%. Em 1999 estes percentuais não sofreram alterações significativas. Na faixa de rendimentos com mais de 20 SM, em 1991 os homens eram 81,73%, enquanto as mulheres eram 18,27%. Já em 1999 estes percentuais foram de 80,69% para os homens e 19,31% para as mulheres. Nesta faixa de rendimentos não há alterações, ou seja, de cada 10 trabalhadores com rendimentos acima de 20 SM, 8 são homens.

Na próxima seção será analisada a questão de gênero e remuneração cotejada com o nível de escolaridade, para verificar se através do aumento da qualificação as mulheres estão conseguindo aumentar seus rendimentos.

4.3.5.1 Gênero, remuneração e escolaridade

A análise segundo gênero, escolaridade e remuneração é importante no sentido de mostrar se o rendimento do trabalhador depende do seu nível de escolaridade.

Na tabela 11 observa-se que os analfabetos homens em 1991, eram 2,11% que tinham rendimentos até 1SM, no ano de 1999 este número foi para 2,52%. Já as mulheres eram, em 1991, 4,99%, dos analfabetos com este rendimento e em 1999 passaram para 3,83%. Os analfabetos homens e mulheres estão na sua maioria na faixa de rendimentos de 1SM a 2 SM. Em 1991, os homens eram 29,30%, enquanto as mulheres eram 32,75%. Já em 1999 estes percentuais foram de 33,75% para homens e 40,30% para as mulheres. Neste comparativo a mulher teve um aumento percentual maior na faixa de rendimentos mais baixos, o que comprova novamente que as mulheres estão ganhando menos do que os homens e o nível de escolaridade é decisivo para isso.

Com oitava série completa, em 1991, a maioria dos trabalhadores estavam na faixa de rendimentos de 2SM a 3SM. No ano de 1999 estes números não sofreram alterações para os homens, que continuaram na mesma faixa de rendimentos, mas as mulheres diminuíram a sua faixa de rendimentos para 1 SM a 2SM. Em relação a faixa de rendimentos de 2 SM a 3 SM, os homens em 1991 eram 23,83%, enquanto que as mulheres eram 33,75%. No ano de 1999 estes valores percentuais foram de 31,62% para os homens e 33,52% para as mulheres.

Tabela 11: Distribuição percentual de postos formais de trabalho, segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade em Santa Catarina nos anos de 1991 e 1999.

	ANALFABETO		8.SER COMP		2.GR COMP		SUP. COMP	
	1991	1999	1991	1999	1991	1999	1991	1999
Masculino								
Até 0,5 salário	0,10	0,20	0,10	0,18	0,05	0,07	0,04	0,11
De 0,51 a 1,00	2,11	2,52	2,41	1,91	1,04	1,21	0,83	0,74
De 1,01 a 2,00	29,30	33,75	20,05	24,05	7,81	12,26	3,17	3,82
De 2,01 a 3,00	27,86	28,91	23,86	31,62	10,99	23,19	3,53	4,77
De 3,01 a 4,00	13,87	13,69	16,13	16,93	10,32	14,44	3,83	5,11
De 4,01 a 5,00	8,21	6,45	10,92	8,29	10,43	12,25	3,66	8,29
De 5,01 a 7,00	6,00	5,71	12,41	8,75	16,16	12,58	7,47	12,59
De 7,01 a 10,00	3,27	3,44	6,40	4,29	14,84	9,92	12,60	14,18
De 10,01 a 15,00	3,04	2,68	3,59	1,97	13,90	7,24	14,89	16,34
De 15,01 a 20,00	1,13	1,14	1,17	0,65	5,90	3,15	12,53	10,37
Mais de 20,00	1,08	0,77	0,78	0,67	6,77	3,19	33,58	22,37
Ignorado	4,04	0,73	2,18	0,70	1,78	0,51	3,88	1,31
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Feminino								
Até 0,5 salário	0,13	0,34	0,11	0,24	0,08	0,11	0,05	0,13
De 0,51 a 1,00	4,99	3,83	2,80	3,95	1,30	2,18	0,95	1,01
De 1,01 a 2,00	32,75	40,30	28,42	40,16	13,55	21,27	4,46	5,92
De 2,01 a 3,00	27,84	30,80	33,75	33,52	23,39	32,04	6,85	9,52
De 3,01 a 4,00	15,24	8,17	16,59	10,60	15,85	15,70	8,23	9,33
De 4,01 a 5,00	4,51	4,01	6,06	4,59	11,90	9,77	7,83	9,71
De 5,01 a 7,00	3,02	3,51	4,41	3,25	14,36	8,38	15,03	18,86
De 7,01 a 10,00	3,71	2,84	3,95	1,63	9,56	4,93	22,59	18,47
De 10,01 a 15,00	4,24	3,17	1,95	0,79	5,88	3,27	15,40	13,48
De 15,01 a 20,00	0,59	1,19	0,45	0,29	1,68	1,04	6,81	5,78
Mais de 20,00	0,67	0,70	0,26	0,31	1,58	0,89	10,42	6,85
Ignorado	2,32	1,15	1,24	0,67	0,88	0,43	1,39	0,93
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

No segundo grau completo a diferenciação salarial por gênero fica um pouco mais evidente. No ano de 1991, os homens estavam na sua maioria na faixa de rendimentos entre 5 M a 7SM onde eram 16,16% dos postos de trabalho. As mulheres, neste mesmo ano, na sua maioria, estavam na faixa de rendimentos de 2SM a 3SM e eram 23,39%. No ano de 1999, os homens e mulheres estavam na sua a maioria, com rendimentos de 2SM a 3 SM. Nesta faixa de renda os homens eram 23,19%, enquanto que as mulheres eram 32,04%. Assim, é possível perceber que os homens tiveram

diminuição de seus rendimentos e que as mulheres continuaram na mesma faixa de rendimentos em número maior no ano de 1999 em relação a 1991.

No nível superior completo a diferença entre sexos é ainda maior. Os homens, na sua maioria, estão na faixa de rendimentos com mais de 20 SM respondendo por 22,57% . No caso das mulheres, esta faixa de rendimentos fica menos concentrada, pois na maioria elas estão na faixa de rendimentos de 5SM a 10 SM. Na faixa de mais de 20SM as mulheres ocupam apenas 6,85% dos postos formais com nível superior completo. Aqui pode-se perceber que as mulheres com maior nível de escolaridade não estão conseguindo ter um aumento substancial dos seus rendimentos quando comparados com a remuneração dos homens, ou seja, mesmo expandindo o nível de escolaridade, o diferencial de renda por gênero permanece.

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do trabalho foi analisar a expansão da inserção feminina no mercado formal de trabalho em Santa Catarina a partir da década de 1990. Para tanto, antes foi necessário compreender o conjunto de transformações econômicas que ocorreram no cenário mundial nas últimas décadas do século XX.

A partir dos anos 1970 mudaram as formas de produção que tiveram conseqüências sobre o mercado de trabalho. Neste período também ocorreu o processo de globalização da economia, que tem como uma das principais características a reestruturação produtiva.

Estes aspectos foram detalhados no segundo capítulo, onde se analisou o mercado de trabalho diante das mudanças estruturais do sistema econômico, com ênfase no processo de globalização, o envolve aspectos políticos, tecnológicos, comerciais e organizacionais. Na reestruturação produtiva que têm como principal aspecto à flexibilidade, as relações de trabalho tornaram-se mais precárias com empregos de meio expediente e temporários. A partir daí a feminização do mundo do trabalho aumenta, porém com as mulheres se transformando em mão-de-obra com remunerações mais baixas e ocupando postos de trabalho classificados como mais desqualificados no mercado formal.

O terceiro capítulo destacou as questões mais específicas da economia e do mercado de trabalho no Brasil na década de 1990, com ênfase na abertura comercial que teve impactos sobre a base produtiva do país; a estagnação econômica; e a estabilização do processo inflacionário. Estas mudanças econômicas tiveram conseqüências no mercado formal de trabalho brasileiro, levando a desestruturação e desregulamentação do mesmo. Ocorreram aumentos do desemprego, da informalidade, além de uma estagnação relativa dos salários.

O quarto capítulo tratou especificamente da inserção da mulher no mercado formal de trabalho em Santa Catarina. Nos últimos anos vêm aumentando a participação da mulher no mercado de trabalho, tanto no sentido de ser uma complementação da renda familiar como até mesmo de ser a única fonte de renda da

família. Para as mulheres, porém, têm sido registradas taxas de desemprego maiores e condições de inserção no mercado menos favoráveis do que para os homens. De acordo com a distribuição da PEA relativa, segundo gênero no estado, houve um aumento de 8,34% na participação de mulheres no período entre 1991 e 2001.

Na observação dos dados referentes à gênero e nível de escolaridade, constatou-se a evolução das mulheres com segundo grau completo e nível superior completo, no ano de 1999 comparados com 1990. Nestes níveis de escolaridade as mulheres são maioria em relação aos homens, fato este que mostra a busca, por parte das mulheres, por maior qualificação para o mercado de trabalho.

Quando analisado a distribuição por gênero nos setores da atividade econômica do estado é possível perceber que o setor que mais emprega mulheres é a administração pública, seguida pelo setor de serviços. No que diz respeito à gênero e jornada de trabalho as mulheres estão, na sua grande maioria, na jornada de trabalho entre 16 e 20 horas semanais, o que pode indicar que parte das mulheres trabalha somente meio período. Juntando os dados sobre o setor de serviços com a jornada de trabalho podemos chegar a conclusão que este fenômeno pode ser explicado pela precariedade do mercado de trabalho, além do número elevado de mulheres que trabalham como diaristas e empregadas domésticas.

Quando se considera faixa etária dos trabalhadores catarinenses, o que chama a atenção é o aumento do número de mulheres acima dos 50 anos que continuam no mercado formal de trabalho. Este dado demonstra como as mulheres estão cada vez mais inseridas na vida profissional, além de revelar também que isso pode representar necessidades devido aos problemas de renda familiar.

Outro aspecto importante analisado no presente estudo diz respeito às diferenciações salariais entre homens e mulheres. Neste sentido, quando são comparadas as remunerações entre sexos verifica-se que as mulheres vêm conseguindo aumentar de maneira gradativa as suas faixas salariais, mas que a diferenciação entre homens e mulheres ainda é grande também no estado de Santa Catarina. Assim, percebe-se que nas faixas salariais até 2 SM há uma grande concentração do número de trabalhadores mulheres. Quando analisada a faixa salarial acima de 20 SM, os homens são maioria absoluta, com aproximadamente 81% dos postos de trabalho, ou seja, de cada 10 trabalhadores que ganham acima de 20 SM, 8 são homens.

Comparando-se ainda, remuneração por gênero e escolaridade, nota-se que as mulheres ainda são mais sacrificadas. Quando analisado os níveis mais baixos de escolaridade as diferenças são menores, mas quando analisados homens e mulheres com nível superior completo as diferenças são grandes.

Os homens com nível superior completo estão, na sua maioria, na faixa salarial de mais de 20 SM, enquanto as mulheres com mesma qualificação estão na faixa entre 5 a 7 SM. Esses dados indicam que, mesmo com o aumento do nível de escolaridade das mulheres catarinenses, a diferenciação salarial em relação aos homens não tende a diminuir significativamente.

Finalmente, podemos chegar à conclusão que as mulheres catarinenses de maneira geral estão buscando maior participação no mercado formal de trabalho. Para isso estão também aumentando sua qualificação, para ter uma maior competitividade frente aos homens. Mas apesar de todo este empenho por parte das mulheres elas ainda continuam sendo discriminadas com baixas faixas de remuneração, continuam a ter menores rendimentos em relação aos homens.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alice, R. de Paiva ; SORJ, Bila. *Trabalho a Domicílio nas Sociedades Contemporâneas: Uma Revisão da Literatura Recente*, em Abreu, A.R.P. (org). *O Trabalho Invisível*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1993.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital – a nova degradação do trabalho no capitalismo global*. Londrina, Parxis, 1999, p. 113.
- _____. *Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa* 1996. In: TEIXEIRA, F. J. S; OLIVEIRA, M. A. (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. UECE, São Paulo, Cortez, 2000, p. 10-15.
- _____. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo, 2000, p. 101-128.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: UNICAMP, 1997, p. 39-57.
- _____. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora*. São Paulo: Ensaio, 1990, p. 11-129.
- _____. *Crise e poder*. São Paulo: Cortez, 1986, p. 46-80.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. *Regime de trabalho e flexibilidade no Brasil*. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org). *Economia e Trabalho, Textos básicos*, UNICAMP, 1998, p. 147-162.
- _____; MATOSSO, Jorge Eduardo L. *Transformações estruturais e emprego nos anos 90*. São Paulo, UNICAMP. CESIT, 1996. caderno 21, p. 01-23.
- _____. *Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil*. São Paulo. *Economia e Sociedade*, 1996. p.76-107.
- _____; DEDECCA, C. *Mercado de Trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90*. São Paulo, UNICAMP. IE, 1997.

BAUMANN, Renato. *O Brasil nos anos 90: uma economia em transição*. Rio de Janeiro, Campus, 1999, p. 55-100.

BRUSCHINI, Cristina, *Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho Brasileiro: o Trabalho da Mulher nos Anos Oitenta*. In: Fernandes, Reynaldo (org.). *O Trabalho no Brasil no Limiar do Século XXI*, São Paulo, Editora LTr, 1995b, p.12-31.

CACCIAMALI, C. *Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro*. Texto para discussão, nº19. São Paulo, USP, FEA, 1989, p. 25-48.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. *A movimentação do emprego formal em Santa Catarina: evolução do emprego e precariedade em 2004 e 2005*. Florianópolis, 2006, p. 02-16.

CARDOSO JR., J.C. e FERNANDES, S. *Terceirização das Ocupações e Informalização das Relações de Trabalho no Brasil*. Brasília, IPEA, 2000a.

_____. *Crise e desregulação do trabalho no Brasil*. Brasília, IPEA, 2001, p. 05-60.

CASTRO, N.A; DEDECÇA, C.S. *A Ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo, Alast (Associação Latina Americana Sociologia do Trabalho), 1998, p.15.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996 (original de 1994).

CONSTANZI, Rogério Nagamine. *Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda*. Brasília. Texto para discussão nº 1039, IPEA, 2004, p. 7-32.

COUTINHO, L. Notas sobre a Natureza da Globalização. In: *Economia e Sociedade*. n.4. São Paulo, I.E. UNICAMP, 1995, p.21-27.

DEDECÇA, Cláudio S. *Tempo, Trabalho e gênero*. São Paulo, IE. UNICAMP, 1998, p. 10-32.

FRANCO, G. *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Ed. 34 Ltda, 1999.

GELINSKI, Carmen R. Ortiz G; RAMOS, Ivoneti da Silva. *Mulher e família em mutação: onde estão os mecanismos de apoio para o trabalho feminino*. Mulher e Trabalho. Porto Alegre, FEE, v.4, 2004, p. 141-148.

GONÇALVES, C. A. *Reestruturação Produtiva e Ação Sindical*. São Paulo, DESEP/CUT, 1995.

GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo. Marins Fontes, 1980 p. 23-89.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 200. p. 11-417.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Ipea: Mercado de trabalho: Evolução e perspectivas*. Disponível em: < <http://www.Ipea.Gov.br/>>. Acesso em 04.05.2006.

_____. *Ipea: Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e conseqüências sobre o bem -estar*. Disponível em: < <http://www.Ipea.Gov.Br/>>. Acesso em 06.05.2006.

KON, Anita, *Reestruturação Produtiva e Terceirização*, Relatório de Pesquisas 29, NPP-EAESP/FGV, 1997, p.01-102.

_____. *A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho*. Revista de Economia Política, vol. 22, nº 3, 2002 p. 89-103.

LAPLANE, M. e SARTI, F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a Retomada do Crescimento Sustentado nos Anos 90*. São Paulo, I.E. UNICAMP, 1997, p.63-94.

LASTRES, H. M. M., *Globalização e o Papel das Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico*. Texto para Discussão n.º 519, IPEA, Brasília, 1997, p.03-67.

MASI, Domenico de. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós- industrial*. 6. edição. Rio de Janeiro: UNB, 1999, p. 11-347.

MATTEI, Lauro. *Globalização econômica e exclusão social: duas faces de uma mesma moeda*. Economia – Ensaios. Uberlândia, 2002, p. 77-101.

_____; LINS, Hoyêdo Nunes. *A socioeconomia Catarinense no limiar do século XXI*. Texto para discussão n.º 08/2001, UFSC, Florianópolis, 2001, p. 01-19.

MATTOS, F. *Transformações nos Mercados de Trabalho dos Países Capitalistas Desenvolvidos a partir da Retomada da Hegemonia Americana*. Tese de Doutorado. São Paulo, I.E. UNICAMP, 2001.

MATOSSO, Jorge Eduardo Levi. *Transformações econômicas recentes no mundo do trabalho*. Economia e trabalho: textos básicos. São Paulo: UNICAMP, 1998. pp. 65-85.
_____. *O Brasil desempregado*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999, p.01 -47.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Base estatística* . 1990 – 2001. CD- ROM

MIRANDA, Rosemar. *O impacto do horário livre do comércio na vida e na família das mulheres comerciárias*. Um estudo de caso sobre o município de São José. 2005. 68f. Monografia (Graduação em Economia)- Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OURIQUES, Helton Ricardo; VIEIRA, Pedro Antonio. *O emprego formal em Santa Catarina no período 1986-96: primeiras evidências*. Texto para discussão n.º 21/98 , UFSC, Florianópolis, 1998. p. 02-27.

PESSANHA, E. G. F. & MOREL, R. L. M. 1999. *Mudanças recentes no modelo de relações de trabalho no Brasil e novo sindicalismo*. In: RODRIGUES, I. (org.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Rio de Janeiro, Vozes, 1999, p.33-50.

PILLATTI, Claudia T. *O mercado formal de trabalho Catarinense frente às mudanças no mercado de trabalho brasileiro na década de 1990*. 2004. 82f. Monografia (Graduação em Economia) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999, pp. 15-38.

_____. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo. Contexto, 2001. p. 07-173.

_____. *Balço de duas décadas do emprego no Brasil*. São Paulo. 2002. p.02-13.

PROBST, Elisiana Renata. *A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho*. 2005. 08f. Gestão Estratégica de Recursos Humanos - Instituto Catarinense de Pós-Graduação, Florianópolis, Revista 02, 2005, p.01-08.

RAMOS, Ivoneti da Silva. *Terceiro Setor como alternativa de emprego para a mão-de-obra qualificada: Um estudo de caso em Organizações Não-Governamentais de Florianópolis*. 2003. 50f. Monografia (Graduação em Economia) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

SANTOS, Viviane Carmen da Conceição. *Mulher Negra e Mercado de Trabalho*. 12f. Pensando com gênero – Núcleo de estudos contemporâneos, São Paulo, DIEESE, 1997, p.01-12.

STEIN, Maria de Lourdes Tomio. *Gênero Feminino no Contexto Fabril: setor eletroeletrônico em Curitiba e região metropolitana na década de 1990*. 2000. 126f. Dissertação (Pós - Graduação em Tecnologia) – Centro de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2000.

TAVARES, M.C.; FIORI, J. L., (orgs) *Poder e Dinheiro: uma economia política para a globalização*. Vozes, Rio de Janeiro, 1997, p. 101-129.

WAJNMAN, S. PERPÉTUO, I. H. *A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro*. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 1997, p.203-240.

Anexo 1 : Distribuição por gênero, remuneração e escolaridade no PFT do ano de 1991 em Santa Catarina

	ANAL FABETO	4.SER INCOMP	4.SER COMP	8.SER INCOMP	8.SER COMP	2.GR INCOMP	2.GR COMP	SUP. INCOMP	SUP. COMP	IGNO RADO	TOTAL
Masculino											
De 0,00 a 0,50 salário mínimo	8	32	79	109	97	34	32	13	15	3	422
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	174	917	2.380	2.474	2.308	936	631	163	304	240	10.527
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	2.420	11.628	28.200	20.771	19.179	6.423	4.757	656	1.157	757	95.948
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	2.301	13.636	34.779	25.634	22.819	7.868	6.691	961	1.291	604	116.584
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	1.146	9.129	25.984	17.877	15.427	5.720	6.281	1.075	1.399	280	84.318
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	678	5.411	16.925	10.430	10.440	4.239	6.350	1.041	1.336	151	57.001
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	496	4.402	16.090	10.658	11.869	5.674	9.842	1.781	2.727	161	63.700
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	270	1.721	6.535	4.521	6.121	3.732	9.038	2.136	4.600	66	38.740
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	251	808	2.997	2.074	3.432	2.749	8.466	2.381	5.437	20	28.615
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	93	297	922	579	1.116	1.028	3.592	1.260	4.576	17	13.480
Mais de 20,00 salários mínimos	89	190	544	353	745	827	4.122	2.256	12.264	13	21.403
Ignorado	334	920	1.950	2.173	2.088	1.100	1.084	392	1.416	273	11.730
Total	8.260	49.091	137.385	97.653	95.641	40.330	60.886	14.115	36.522	2.585	542.468
Feminino											
De 0,00 a 0,50 salário mínimo	5	24	72	90	56	27	45	8	15	5	347
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	187	715	1.731	1.432	1.405	747	742	121	284	82	7.446
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	1.227	5.205	15.782	12.415	14.265	5.889	7.737	993	1.341	598	65.452
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	1.043	5.388	18.686	15.878	16.940	7.591	13.357	1.610	2.057	465	83.015
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	571	2.979	14.353	8.608	8.326	4.011	9.050	1.493	2.474	135	52.000
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	169	834	4.233	2.151	3.043	1.917	6.798	1.345	2.353	40	22.883
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	113	272	1.731	969	2.216	1.581	8.202	1.631	4.515	32	21.262
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	139	126	993	393	1.965	993	5.457	1.266	6.787	10	18.149
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	159	57	419	189	981	577	3.356	856	4.626	3	11.223
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	22	17	80	40	227	156	958	355	2.045	1	3.901
Mais de 20,00 salários mínimos	25	7	45	24	130	91	900	432	3.130	2	4.786
Ignorado	87	374	779	569	621	243	504	96	417	144	3.834
Total	3.747	15.998	58.904	42.758	50.195	23.823	57.106	10.206	30.044	1.517	294.298

Fonte: RAIS/MTE

Anexo 2 : Distribuição por gênero, remuneração e escolaridade no PFT do ano de 1999 em Santa Catarina.

	ANAL FABETO	4.SER INCOMP	4.SER COMP	8.SER INCOMP	8.SER COMP	2.GR INCOMP	2.GR COMP	SUP. INCOMP	SUP. COMP	IGNO RADO	TOTAL
Masculino											
Até 0,5 salário mínimo	21	125	238	457	388	217	102	27	73	0	1.648
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	258	1.432	3.592	3.903	4.154	2.490	1.663	332	497	1	18.322
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	1.458	8.554	18.764	18.786	18.110	7.260	5.346	819	1.128	0	80.225
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	2.004	10.679	28.233	30.221	34.248	13.592	11.541	1.383	1.426	0	133.327
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	2.966	14.400	42.614	51.690	68.827	27.122	31.932	3.678	3.190	0	246.419
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	1.404	7.604	25.437	28.018	36.846	13.158	19.889	2.554	3.421	0	138.331
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	662	4.023	12.523	13.057	18.045	6.983	16.863	2.176	5.547	0	79.879
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	586	3.460	11.931	13.415	19.054	7.853	17.319	2.888	8.420	0	84.926
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	353	1.645	5.201	5.757	9.337	4.343	13.655	3.118	9.481	0	52.890
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	275	758	2.238	2.558	4.280	2.442	9.965	2.761	10.926	0	36.203
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	117	314	785	809	1.410	814	4.336	1.393	6.934	0	16.912
Mais de 20,00 salários mínimos	79	279	780	843	1.461	855	4.394	2.148	14.964	0	25.803
Ignorado	75	1.004	1.472	1.413	1.528	498	700	203	877	0	7.770
Total	10.258	54.277	153.808	170.927	217.688	87.627	137.705	23.480	66.884	1	922.655
Feminino											
Até 0,5 salário mínimo	15	38	172	307	289	203	146	38	82	0	1.290
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	170	869	3.206	3.128	4.679	2.141	2.923	487	614	0	18.217
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	750	3.823	11.011	12.106	16.043	7.035	8.821	1.174	1.455	0	62.218
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	1.040	4.772	16.981	19.679	31.537	12.339	19.695	2.135	2.153	1	110.332
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	1.368	4.914	20.196	23.755	39.715	18.708	42.949	5.338	5.807	0	162.750
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	363	1.723	7.345	6.814	12.553	6.132	21.050	3.108	5.693	0	64.781
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	178	671	2.948	2.510	5.438	2.724	13.100	2.395	5.925	0	35.889
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	156	541	1.908	1.549	3.853	2.086	11.231	2.675	11.504	0	35.503
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	126	199	727	701	1.929	1.146	6.605	1.853	11.266	0	24.552
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	141	114	360	386	936	622	4.379	1.187	8.220	0	16.345
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	53	30	121	149	338	210	1.389	383	3.524	0	6.197
Mais de 20,00 salários mínimos	31	42	136	169	372	233	1.189	410	4.180	0	6.762
Ignorado	51	166	527	577	789	290	575	140	567	0	3.682
Total	4.442	17.902	65.638	71.830	118.471	53.869	134.052	21.323	60.990	1	548.518

Fonte: RAIS/MTE

Anexo 3: Distribuição por gênero , remuneração e setores da atividade econômica dos PFT em Santa Catarina em 1991.

	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMER CIO	SER VICOS	ADM PUBLICA	AGRO PECUAR
Masculino								
De 0,00 a 0,50 salário mínimo	4	100	7	30	44	169	29	
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	64	3.146	27	549	1.853	3.279	251	27
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	572	36.077	141	6.189	15.153	21.491	7.510	3.117
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	819	39.003	323	5.692	20.539	29.362	9.995	4.011
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	1.765	36.861	212	2.890	9.593	18.180	8.293	2.011
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	1.422	27.189	194	1.432	4.945	11.282	6.692	837
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	1.414	25.181	625	1.174	5.055	12.116	14.155	601
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	436	13.075	1.487	569	3.110	9.131	8.438	391
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	145	7.322	3.394	290	1.589	8.992	5.036	331
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	52	2.751	2.219	100	580	4.416	2.494	111
Mais de 20,00 salários mínimos	73	3.337	3.080	140	646	7.851	4.631	411
Ignorado	252	6.928	42	434	774	2.102	651	91
Total	7.018	200.970	11.751	19.489	63.881	128.371	68.175	12.411
Feminino								
De 0,00 a 0,50 salário mínimo	0	83	1	1	51	142	12	
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	3	1.506	3	54	1.363	3.219	586	
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	43	20.028	61	519	11.029	18.456	10.461	811
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	37	29.410	46	339	15.426	19.498	12.159	1.111
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	28	26.790	24	137	4.706	9.420	7.057	1.111
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	14	8.656	44	67	1.853	5.073	5.983	
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	28	3.587	279	65	1.488	5.426	9.169	
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	16	1.591	413	31	616	5.443	9.140	
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	11	780	543	26	219	5.059	4.091	
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	2	194	256	19	54	1.963	1.233	
Mais de 20,00 salários mínimos	2	191	277	35	41	2.132	1.823	
Ignorado	6	1.334	10	24	414	1.144	639	
Total	190	94.150	1.957	1.317	37.260	76.975	62.353	2.611

Fonte: RAIS/MTE

Anexo 4: Distribuição por gênero , remuneração e setores da atividade econômica dos PFT em Santa Catarina em 1999.

	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMER CIO	SER VICOS	ADM PUBLICA	AGROPECU
Masculino								
Até 0,5 salário mínimo	2	148	1	60	96	571	24	
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	18	2.426	16	562	2.364	3.558	158	
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	100	17.253	387	2.818	6.800	9.120	1.903	
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	273	33.401	260	7.135	14.047	18.275	3.611	
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	624	61.505	600	11.463	42.066	36.252	9.754	

De 3,01 a 4,00 salários mínimos	1.210	40.782	627	4.335	15.679	26.882	9.398
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	1.085	27.477	469	1.955	7.152	11.808	10.732
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	1.002	25.304	916	1.859	6.212	14.266	14.636
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	358	14.153	1.287	1.088	3.887	8.181	9.414
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	110	7.394	2.186	563	1.602	7.511	6.494
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	35	2.686	1.463	191	502	4.190	3.202
Mais de 20,00 salários mínimos	46	3.398	1.687	228	498	6.890	5.262
Ignorado	8	868	20	287	170	1.241	135
Total	4.871	236.795	9.919	32.544	101.075	148.745	74.723
Feminino							
Até 0,5 salário mínimo	0	78	0	11	130	524	13
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	13	1.922	27	107	2.484	5.342	684
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	16	12.877	127	285	5.629	12.208	4.314
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	43	26.295	57	498	11.837	25.421	6.848
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	54	39.585	99	592	28.560	30.881	13.764
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	48	15.785	108	210	6.871	12.338	11.317
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	34	5.934	126	108	2.637	6.675	11.033
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	49	4.001	207	145	1.864	7.115	13.147
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	17	2.085	299	100	901	5.594	9.889
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	10	1.051	360	47	315	4.801	6.029
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	3	318	195	24	63	2.005	1.960
Mais de 20,00 salários mínimos	6	279	146	15	38	1.830	2.135
Ignorado	0	391	10	10	117	531	185
Total	293	110.601	1.761	2.152	61.446	115.265	81.318

Fonte: RAIS/MTE